MESTRADO

ECONOMIA INTERNACIONAL E
ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

O BRASIL E A OCDE: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ACESSÃO

LARISSA DA SILVA NOVAIS VIEIRA

ISEG, julho de 2024.

MESTRADO

ECONOMIA INTERNACIONAL E
ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

O BRASIL E A OCDE: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ACESSÃO

LARISSA DA SILVA NOVAIS VIEIRA

ORIENTAÇÃO:

VÍTOR MAGRIÇO

ISEG, julho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Neuza, por ser minha inspiração sempre, ensinando diligência, resiliência, foco, persistência e principalmente humildade para aprender e alcançar meus objetivos. Agradeço ao meu marido Fábio e aos meus filhos Gabriel e Arthur, pela compreensão incondicional nos momentos de ausência, nos finais de semana que deixamos de estar juntos, nas noites que troquei o tempo com eles pelo convívio com meus colegas em sala de aula, pelas viagens que deixamos de fazer, pela paciência nos momentos de stress e cansaço.

Agradeço aos colegas de turma, que me apoiaram. Ao professor Vitor Magriço pelas contribuições e paciência e aos demais professores da Universidade de Lisboa, que me acolheram e que muito me ensinaram sobre economia internacional, mas também sobre o mercado europeu, sobre cultura, diversidade e inclusão.

RESUMO

A partir de 1995, acelerou-se a intenção da OCDE de se renovar e se abrir a outros países, buscando afirmar-se como um pilar da arquitetura e da governança econômica globais, ponto de referência no desenho e na implementação das melhores práticas baseadas numa nova narrativa para o crescimento inclusivo e sustentável. É neste contexto que este trabalho tem como objetivo analisar o processo ainda não concretizado de acessão do Brasil, observando o que foi feito, o que falta em relação aos indicadores selecionados (PIB *per capita*, IDH e Going Digital Toolkit) e o crescimento desses indicadores nos últimos dez anos, comparativamente a outros países da OCDE. Além disso, recolhendo a opinião de quatro especialistas, por meio de entrevistas. Concluiu-se que o avanço e a experiência do Brasil em temáticas como diversidade, inovação e transformação digital podem ser importantes para o debate e aceleração desses temas na OCDE. Da mesma forma, a pujança econômica, a expressividade no agronegócio e a magnitude do Brasil no cenário ambiental também são elementos determinantes para a modernização e ampliação das estratégias e práticas inclusivas da organização. O trabalho aborda ainda o sucesso e as experiências múltiplas na bancarização, considerando a inclusão digital num país com dimensão continental e que tem uma população abrangente e diversa em indicadores sociais e educacionais, requisitos que também fazem parte do processo de acessão. Por fim, OCDE poderia se valer das contribuições no intercâmbio de informações e no alinhamento de políticas aos novos desafios da organização, caso o Brasil se torne parte do grupo.

Palavras-chave: Indicadores, PIB per capita, IDH, OCDE, Brasil.

ABSTRACT

From 1995 onwards, the OECD's intention to innovate and open itself to other countries accelerated, seeking to assert itself as a pillar of global economic architecture and governance. A point of reference in the design and implementation of best practices based on a new narrative in all-around and sustainable growth. It is in this context that this work aims to analyze the uncompleted process of Brazil's accession, observing what has been done and what is being left out related to the selected indicators (GDP per capita, HDI and Going Digital Toolkit) and collecting the opinion of four experts through interviews. It was concluded that Brazil's advancement and experience in themes such as diversity, innovation and digital transformation can be important for the debate and acceleration of these themes in the OECD. Likewise, Brazil's economic strength, expressive appearances in agribusiness and Brazil's magnitude in the environmental scenario are also elements whose relevance is decisive for the modernization and expansion of the Organization's inclusive strategies and practices. The work also addresses the success and multiple experiences in banking, taking in consideration the digital inclusion in a country with a continental dimension and has a broad and diverse population in terms of social and educational indicators, requirements that are also included in the accession process. Finally, the OECD could make use of contributions to the exchange of information and the alignment of policies with the organization's new challenges, if Brazil becomes part of the association.

Key-words: Indicators, Digital Transformation, GDP per capita, HDI (Human Development Index), OECD, Brazil.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 7
2. OCDE – HISTÓRICO, FORMAÇÃO E OBJETIVOS.....9
3. O BRASIL E A OCDE 14
4. CRITÉRIOS E INDICADORES DA ACESSÃO 19
5. EVOLUÇÃO COMPARATIVA DE INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS: PIB PER CAPITA, IDH E INCLUSÃO DIGITAL 25
   5.1 PIB PER CAPITA.....25
   5.2 IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....30
   5.3 GOING DIGITAL TOOLKIT.....34
6. RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO 39
7. CONCLUSÃO 49
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....54
9. ANEXO: ROTEIRO DE ENTREVISTAS 58

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é nona economia do mundo, de acordo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2023. O crescimento do PIB em 2023 foi de 3,1%, o que fez o país saltar duas posições, encerrando o ano com o PIB de U$ 2,13 trilhões e superando nações como Rússia e Canadá. O país conta com 8,5 milhões de quilômetros quadrados em seu território e está entre os cinco maiores produtores agrícolas do mundo, junto com Rússia, EUA, Índia e China. Não há dúvidas de que o Brasil é um país importante sob a ótica do comércio internacional, assim como se torna muito relevante sua participação em organizações que fomentem e regulem o comércio internacional no mundo.

O país goza de pujança no agronegócio e sua posição no ranking do PIB é referência, por outro lado ocupa a 87ª posição no ranking do IDH[1] (Índice de Desenvolvimento Humano), com índice estabelecido em 0,754. O Brasil possui indicadores de inclusão, desenvolvimento econômico e social e de igualdade de condições ainda atrás das principais economias. No que tange à inclusão digital e à aceleração digital tem desempenho positivo no cenário global, seja pela população jovem e com rápida adesão às soluções digitais, seja por ter estimulado o mercado de novas tecnologias e inovação.

Do ponto de vista de reformas estruturais, políticas fiscais, governança pública, ambiente de negócios, investimento direto estrangeiro e governança regulatória, o Brasil tem desafios. Há algum tempo que o país vem discutindo com os comitês da OCDE e, em

[1] O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano. A partir dos fatores Saúde, Educação e Renda, o IDH compara indicadores dos países nos itens de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. O índice vai de 0 a 1, onde quanto maior o número alcançado por um país, melhor a sua posição do IDH. Um valor acima de 0,800 é classificado como "muito alto", entre 0,700 e 0,799 como "alto", 0,550 a 0,699 como "médio" e abaixo de 0,550 como "baixo".

2022, o órgão aceitou o roteiro de acessão para ingresso do Brasil à membresia da organização, juntamente com Peru, Bulgária, Croácia e Romênia.

Sob a ótica da OCDE, uma das razões que levou ao início do processo de ampliação dos países membros, incluindo as economias de renda média foi, além dos interesses geopolíticos com relação aos países, reconhecer que a participação desses novos membros poderia aportar outras dimensões e perspectivas de análise.

O objetivo do trabalho é analisar a acessão do Brasil como membro pleno, tendo em vista o potencial de trazer à OCDE novas dimensões, considerando as características da economia nacional. A dimensão territorial, com estrutura federativa, a concentração de renda e riqueza, o clima tropical, um setor produtivo agrícola pujante, PIB entre os maiores do planeta e sendo importante fonte de provisão de alimentos e membro do BRICS, são fatores que poderiam modificar significativamente as abordagens, os aspectos técnicos dos indicadores e a percepção relativa à organização. Além disso, o trabalho tem a finalidade de mostrar sua evolução em transformação digital, diversidade, inclusão bancária e digital, sustentabilidade como fatores essenciais aos desafios globais atuais e o potencial do país contribuir com a instituição com sua experiência de sucesso.

A metodologia do trabalho conta com uma pesquisa exploratória, com a história e os objetivos da OCDE, descrição e avaliação do processo de acessão do Brasil e comparação de alguns dos indicadores econômicos e sociais. A pesquisa analisa também o crescimento nos últimos dez anos e como isso pode impactar os índices médios atualmente apurados. A abordagem metodológica analisará o processo de estudos e andamento da acessão, sendo o não-membro participante da maior quantidade de

comissões, órgãos e projetos da organização. Também ilustrará a posição do Brasil nos indicadores, com o objetivo de responder sobre a sua relevância para a instituição.

A estrutura do trabalho apresenta informações sobre a OCDE, tais como histórico, formação, objetivos, princípios, forma de condução das discussões, indicadores e articulação global. Em seguida são relatadas as tratativas do Brasil no processo de acessão, os critérios e o andamento das negociações. No capítulo 4 são mostrados os indicadores selecionados e análise dos que necessitam ser acelerados. Posteriormente, a evolução comparativa dos indicadores entre as nações que fazem parte da organização e a média apurada, na hipótese de o país passar a fazer parte. O capítulo 6 traz uma análise e perspectivas, considerando trabalho de campo com entrevistas feitas com especialistas. Por fim, a conclusão do trabalho e as principais contribuições.

2. OCDE – HISTÓRICO, FORMAÇÃO E OBJETIVOS

Os precedentes da criação da OCDE remontam ao período da Segunda Guerra Mundial, quando países da Europa reforçaram que não deveriam cometer os mesmos erros vividos na Primeira Guerra Mundial. Isso só seria possível se seus líderes incentivassem a cooperação e a reconstrução dos países derrotados, sem os punir e que esse seria o caminho da paz. Foi criada então, em 1948, a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE), com o objetivo de gerir recursos do Plano Marshal. É considerada o embrião da OCDE e com a finalidade de reconstruir o continente que estava destruído pela guerra, instituindo-se então uma era de cooperação, de acordo com Florêncio, S. e Seyffarth, A. (2018, pág.191).

Devido ao sucesso da organização em promover essa atitude, os Estados Unidos e o Canadá uniram-se aos membros pertencentes à OCDE. Surgiu, assim, sucedendo essa

última organização, a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, do inglês OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), em 30 de setembro de 1961, com sede em Paris, França. A Organização é formada por países-membros que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social e sua estruturação é formada por países e parceiros estratégicos dedicados ao desenvolvimento econômico.

De acordo com Florêncio e Seyffarth (2018, pág. 191), a OCDE é dotada de inegável capacidade de influenciar marcos regulatórios e políticas públicas. Constitui importante instância de debates envolvendo especialistas de alto nível em temas situados na fronteira do conhecimento. Os membros buscam discutir políticas públicas e econômicas que os orientem, apoiando os princípios da democracia e as regras da economia de mercado. Além disso, empenham-se em promover padrões internacionais que permeiam questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e, mais recentemente, também ambientais e de inovação e inclusão digital.

As reuniões realizadas pela organização oportunizam discussões entre seus membros que trocam experiências sobre suas atuações governamentais, criam possibilidades a respeito da gestão de políticas em inúmeras áreas, bem como a solução de possíveis problemas econômicos e sociais (Thorstensen e Gullo, 2018, pág. 15). De acordo com informações da OCDE, as discussões são feitas por meio de informações fornecidas em sua base de dados, que direcionam então os governos participantes a promoverem um desenvolvimento econômico pautado na sustentabilidade, em busca de estabilidade financeira.

A organização informa ainda que segue um padrão para orientar as reuniões: o secretariado coleta os dados importantes para o debate; os comitês discutem a partir das informações recolhidas; o conselho decide sobre as possíveis soluções e coordenações políticas; e os governos aplicam as recomendações. Segundo a OCDE, sua maneira de trabalhar ocorre da seguinte forma: Coleta de dados → Análises → Discussões → Decisões → Implementações → Vigilância multilateral. A organizacional da OCDE compreende: Secretariados Técnicos; Agências; Centros de pesquisas; Cerca de 30 comitês internacionais especializados em assuntos diversos da economia internacional e políticas públicas. São aproximadamente 200 órgãos e 240 instrumentos legais.

Atualmente, a instituição conta com 38 membros permanentes, que buscam uns aos outros a fim de identificar, discutir e analisar problemas, promovendo políticas capazes de solucioná-los ou de apoiar na negociação da solução, junto às nações. São eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

A organização também conta com diversos parceiros considerados estratégicos, segundo o site da OCDE: África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia, sendo que Brasil, África Sul, China e Índia fazem parte do grupo de países que integram os BRICS. O objetivo é promover políticas que fomentem o bem-estar socioeconômico da população no mundo. Há um fórum, no qual os governos podem trocar experiências, em busca de soluções para problemas que lhes sejam comuns, debater o futuro das nações e sobre

economia inclusiva, transformação digital, inclusão de gênero, sustentabilidade global entre outros.

O organismo é conhecido por defender a democracia representativa e a economia de mercado, por fomentar a estabilidade financeira dos países e promover a melhoria dos indicadores sociais das diferentes nações. Os governos buscam compreender o que motiva as mudanças econômicas, sociais e ambientais, assim como medir a produtividade e os fluxos globais de comércio e investimento. A instituição também busca promover a análise e comparação de dados estatísticos para prever possíveis tendências futuras, atualizando recorrentemente os índices, os critérios e métodos de pesquisa e avaliação.

Há o estabelecimento de padrões internacionais em setores como o agrícola e o de segurança de produtos químicos. A organização analisa inclusive fatores que influenciam a vida da população, como impostos, seguridade social e tempo que as pessoas têm destinado ao lazer, por exemplo. A comparação de sistemas educacionais e previdenciários dos países permite que possam recomendar políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

A articulação da OCDE converge para: a manutenção de um crescimento econômico duradouro, visando ao desenvolvimento sustentável; a criação de empregos e ações que contribuam para a melhoria do setor econômico e do bem-estar social; a melhoria da expectativa de vida, com a promoção de políticas que assegurem eficiência na saúde e educação; o combate à pobreza, buscando estabilidade financeira; o combate à lavagem de dinheiro; a responsabilidade fiscal e o aprimoramento de economias dos países que estão em desenvolvimento. Também é conhecida popularmente como “clube dos ricos”, especialmente entre os países em desenvolvimento.

Isso porque seus integrantes costumam apresentar elevado PIB per capita e altos indicadores de desenvolvimento humano, representando cerca de 80% do comércio mundial e investimentos. Para fazer parte da OCDE, "a nação candidata precisa demonstrar que está alinhada à série de princípios que regem os países membros. Entre eles, a preservação da liberdade individual, os valores da democracia, a proteção dos direitos humanos e o valor das economias de mercado abertas, comerciais, competitivas, sustentáveis e transparentes", declarou a organização, em 25/01/2022, em comunicado aos países que estão no processo de acessão[2].

Promover o crescimento econômico sustentável, o comprometimento com o combate às mudanças climáticas, reduzir o desmatamento e a perda da biodiversidade são outros pilares importantes sob análise da OCDE, com a função de identificar melhores práticas de políticas públicas. A instituição faz diversas pesquisas e estabelece padrões da regulação em diversas questões que podem envolver economia, educação, inclusão, tributação, trabalho, meio ambiente e outras.

Todos os países candidatos passam, então, por uma vasta avaliação dos requisitos e podem contar com apoio nas eventuais adaptações que sejam necessárias, antes que possam ser aceitos e que recebam o convite formal como novos integrantes da OCDE. A avaliação não tem prazo definido e é feita por mais de 20 comitês técnicos. Em 1994, o México se tornou o primeiro país latino a fazer parte do "clube". O Chile entrou em 2010, a Colômbia em 2020 e a Costa Rica em 2021. O ingresso representa o "selo de qualidade" na economia, o que pode potencialmente atrair novos investimentos e melhorar a nota em

[2] Comunicado disponível no site da OCDE: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2022/01/oecd-takes-first-step-in-accession-discussions-with-argentina-brazil-bulgaria-croatia-peru-and-romania.html".

consultorias de risco que avaliam o quão seguro é investir nesses países, além de elevar a confiabilidade na gestão e governança da nação.

A OCDE tem diretrizes práticas relacionadas ao controle de taxas de juros, de câmbio e tributação de capital estrangeiro e adota regras em que os países membros devem ter medidas isonômicas em licitações e compras públicas para permitir que empresas estrangeiras participem dos processos. De alguma forma, isso pode limitar o poder de governos na utilização de políticas de conteúdo nacional para fortalecer empresas locais. Outra frente de atuação importante é a política sobre patentes e uso de subsídios por parte de governos.

3. O BRASIL E A OCDE

A relação de parceria entre o Brasil e a OCDE começou com a entrada no Comitê do Aço, em 1996, passando então a participar de todos os fóruns de debate sobre o tema (Neves, 2022). Em 2012, foi convidado a participar do Programa de Engajamento Ampliado, o que fortaleceu sua presença na organização nesse período. Em 2015, foi assinado o Acordo de Cooperação, representando o fortalecimento e o aumento do engajamento do país. Atualmente, participa tanto quanto os países-membros de sete órgãos e dois projetos, além de ter também representatividade em outros 17 órgãos que fazem parte da instituição.

Em maio de 2017, foi apresentado pedido formal de acessão durante a Reunião Ministerial do Conselho, com o objetivo de se tornar um membro-pleno. O país já aderiu a 37 instrumentos jurídicos da OCDE que representam as normas e diretrizes da organização e fez a solicitação da adesão a outros 76 instrumentos, como o Código de Liberalização de Movimentos de Capital.

Para alguns especialistas, a adesão à OCDE pode representar maior credibilidade, confiabilidade na governança, bem como o fortalecimento da organização com outras economias importantes. Além disso, pode ser oportunidade para avançar em sua agenda de reformas estruturais, seja na área de infraestrutura, governança, tributária, social entre outras. Estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) aponta que o país pode crescer em cerca de 0,4% o seu PIB, caso ingresse como membro-pleno.

Ao longo de 2019, em troca do apoio dos Estados Unidos e para facilitar na viabilização de sua acessão, o Brasil concordou em renunciar a algumas vantagens das quais desfrutava na OMC - Organização Mundial do Comércio, organização que supervisiona o comércio internacional, regulamentando acordos comerciais entre os países. Isso porque a OMC propõe um tratamento diferente aos países considerados em desenvolvimento, como flexibilidade nas negociações comerciais e maiores prazos no cumprimento de acordos.

O Brasil detinha na OMC benefícios como a possibilidade de praticar tarifas de exportação mais altas e tempo prolongado para a transição às novas regras impostas pela OMC. Caso passe a fazer parte como membro da OCDE, passaria a ter voz e voto ativos, podendo então buscar assegurar as especificidades da economia brasileira nos padrões da organização. A entrada poderia representar aos empresários a aceleração do processo das reformas estruturais e ter o "selo" de integrante da OCDE significa que está alinhado e atento às boas práticas que a instituição defende.

O entendimento de economistas e especialistas que defendem o ingresso na OCDE é de que essa participação criaria um ambiente favorável para o crescimento econômico e para o aumento da produtividade. Em entrevista à Revista Exame[3], Lia Valls, professora

associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) explica "entende-se que daria um *upgrade* no Brasil em termos de ser um país comprometido com boas práticas de governança, o que seria um ponto a mais de atração de capital estrangeiro na área de investimento". "Além de melhorar a relação com investidores ou parceiros internacionais, o 'selo' dará certa previsibilidade das regras e reduziria as assimetrias de informações e inseguranças jurídicas, uma vez que assumiria padrões que são de conhecimento em todos os países da OCDE", explica o coordenador do curso de Relações Internacionais do Ibmec SP (Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais), Pietro Rodrigues, em entrevista concedida à Revista Exame[3].

Para entrar na OCDE, o Brasil precisa ajustar a legislação e fomentar políticas públicas que demonstrem que o país está se adequando aos princípios da instituição, que incluem defesa da democracia, preservação da liberdade individual e proteção dos direitos humanos. Os países membros devem estar comprometidos com economias de mercado abertas, competitivas, sustentáveis e transparentes. "A participação do Brasil poderia influenciar na decisão sobre áreas que a organização deve priorizar em suas análises e os temas as serem discutidos na agenda", afirmou o diplomata Carlos Márcio Cozendey, em entrevista ao Portal BBC News[4].

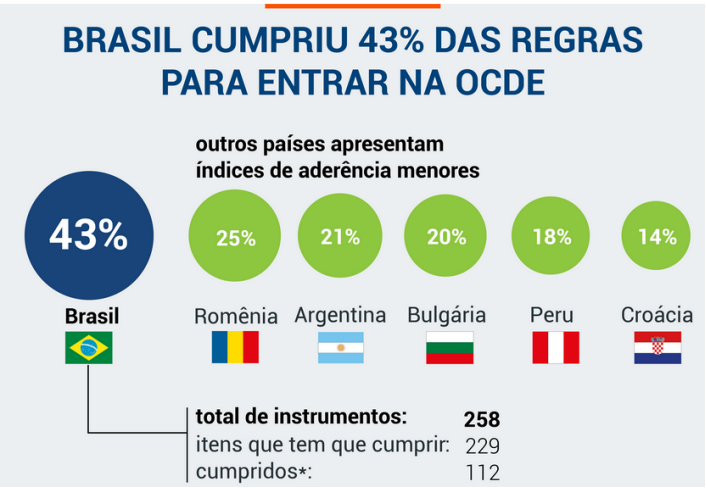
A OCDE informa que busca promover sempre o crescimento econômico sustentável, e da mesma forma que mantém o compromisso com o combate ao

[3] Entrevista de Lia Valls e Pietro Rodrigues publicada em 17.04.2022 no Portal Exame, revista com artigos relacionados à economia e política brasileira. Conteúdo disponível em: https://exame.com/brasil/por-que-e-importante-para-o-brasil-entrar-na-ocde-2/.
[4]. Entrevista com conteúdo publicado em 15.01.2020, no Portal BBC News, disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51121488

desmatamento e às mudanças climáticas. Todos esses princípios foram reforçados pela organização em comunicado divulgado sobre a abertura do processo de acessão, não somente do Brasil, mas também de outros cinco países que estão com o pedido em andamento: Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia.

Para ingressar na OCDE, o Brasil precisa se adequar a 253 instrumentos normativos, regras e práticas relacionadas a várias áreas, tais como educação, meio ambiente, saúde, energia, combate à corrupção, entre outras. Ao aderir aos instrumentos, o país se compromete com as recomendações feitas pela organização nessas áreas. O Brasil cumpriu 106 desses requisitos (até set/2023), de acordo com acompanhamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em relação ao meio-ambiente, aderiu a oito de 72 instrumentos na área. De qualquer forma, comparativamente a outros países, o Brasil parece demonstrar maior aderência no cumprimento das regras.

FIGURA I



Fonte: https://www.poder360.com.br/governo/entenda-os-pros-e-contras-da-entrada-do-brasil-na-ocde/

Ainda haveria pendências em outras áreas, como a de governança, na qual o Brasil aderiu a 34 dos 70 instrumentos, e na de finanças e investimentos, em que aderiu a 28 dos

45 instrumentos. Também são avaliadas as políticas do país em temas como comércio, anticorrupção, desenvolvimento, energia, educação, agricultura, transporte, trabalho e questões sociais. Entidades como Anistia Internacional Brasil, World Wildlife Fund, Human Rights Watch e Transparência Internacional do Brasil dizem que "a adoção de boas práticas em várias áreas de políticas públicas e de fortalecimento do estado de direito, como promovidas pela OCDE, poderia ajudar o Brasil a melhorar não apenas sua performance econômica, mas também a promoção de direitos humanos e boa governança ambiental e climática", conforme publicação da Revista Exame em 17.04.2022.

Do ponto de vista de reformas estruturais, políticas fiscais, governança pública, ambiente de negócios, comércio internacional, investimento direto estrangeiro entre outros, o país tem desafios a superar e a acelerar, assim como outros países do mundo. A governança regulatória é um desafio também para muitos países, assim como o é para o Brasil, segundo Assunção (2019).

Há também alguns aspectos que podem ser consideradas desvantagens, sob a ótica da autonomia de gestão, tais como menor independência da nação para a criação e mudanças de políticas de fluxo de capitais, criação e alterações de leis tributárias que podem impactar a arrecadação do Estado, compras governamentais em diferentes esferas e proporções, além das regras sobre patentes que afetam a ciência, cultura, produção industrial, entre outras. O Brasil vem discutindo com os comitês da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - a sua adesão ao órgão, que conta com 38 países membros atualmente.

4. CRITÉRIOS E INDICADORES DA ACESSÃO

Trabalho desenvolvido pelo IPEA para acompanhar o *Accession Roadmap* estabelece os termos, critérios e condições para o processo de acessão do Brasil à organização, analisa os indicadores quantitativos da organização, com o objetivo de apoiar o Brasil na jornada de adesão ao organismo. O documento aborda as principais frentes que serão avaliadas no processo de análise: reformas estruturais, abertura ao comércio e investimento, crescimento inclusivo, governança, meio ambiente, biodiversidade e clima, digitalização e infraestrutura.

De forma mais detalhada, um dos tópicos de estudos relacionados aos indicadores guarda relação com as reformas estruturais, que engloba discussões sobre governança pública, política fiscal, regulação, ambiente de negócios, comércio internacional, investimento direto estrangeiro, entre outros. A temática das reformas estruturais voltadas a um ambiente amigável de negócios e de maior inserção internacional da economia, alterações e avaliações de marcos regulatórios e liberalização das várias instâncias decisórias está sempre presente nos relatórios e recomendações da OCDE.

Há algumas variáveis principais utilizadas pela OCDE para simplificar a complexidade do assunto e fornecer informações mensuráveis para a discussão, comparando os países. A principal delas é o *Product Market Regulation* (PMR). Trata-se de um indicador calculado pela própria OCDE a partir de diversos indicadores primários e mede aspectos como: barreiras regulatórias à entrada de firmas, competição em serviços e setores-chave da economia, grau de abertura comercial e outros.

O PMR sintetiza várias informações inseridas em cerca 1.000 questões feitas pela OCDE e respondidas pelos países. O valor compreende o intervalo entre 0 e 6. Quanto

mais próximo de 0, mais adequado seria o arcabouço institucional e o ambiente de negócios do país. Ao se aproximar de 6, pior a avaliação do país, portanto maior a necessidade de reformas estruturais. O Gráfico abaixo mostra o índice PMR para os 49 países da amostra. Os dados demonstram que, em termos agregados, o arcabouço institucional brasileiro tem baixa aderência às métricas da OCDE, quando feita a análise pelo IPEA, em 2023. O valor do PMR para o Brasil foi de 2,58, um dos valores mais altos entre os países analisados, estando abaixo apenas de Argentina e Indonésia, e bem acima da média da OCDE (1,43).

Cabe destacar que o PMR é um índice altamente agregado, dificultando análise mais detalhada sobre as reformas estruturais necessárias (Cappiello, 2022). Ele mede, entre outros aspectos, competição em serviços e setores-chave da economia, barreiras tarifárias, envolvimento do Estado, grau de abertura comercial, controle e regulação de preços no varejo. Considerando que é agregado, torna-se importante análise dos indicadores primários, de forma desagregada. Mas, é possível observar quais os países que têm maior aderência às regras, representado por: Reino Unido, Dinamarca, Espanha, Alemanha, Países Baixos e Suíça. Pelo lado contrário, países como Argentina, Indonésia, África do Sul, Costa Rica, Turquia e Rússia representam os países mais distantes da convergência da OCDE, assim como a posição do Brasil.

GRÁFICO I

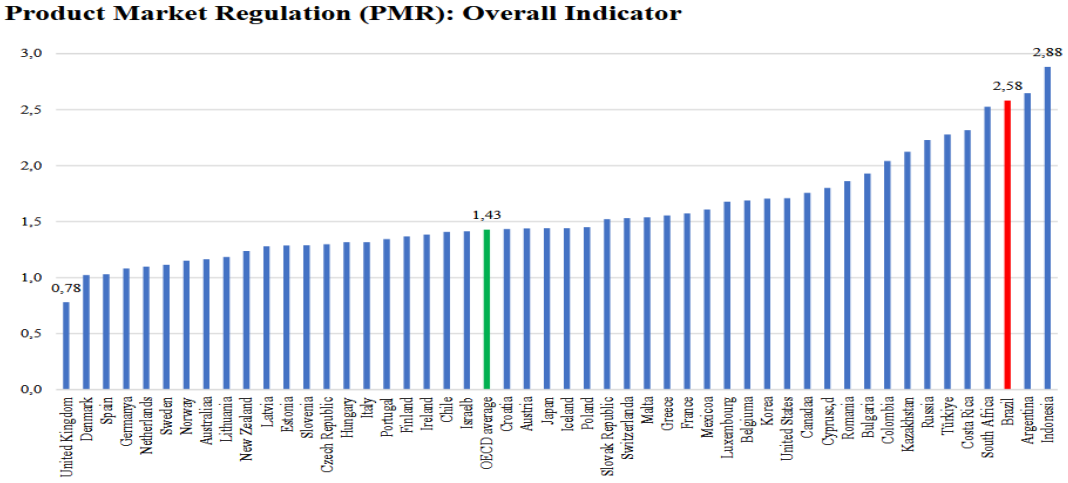


Gráfico comparativo com o PMR dos países da OCDE e o PMR do Brasil, indicando comparativamente a posição do Brasil. Página 5 da publicação disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12346/1/RI_Indicadores_quantitativos_OCDE_Brasil_v1_Pub_Preliminar.pdf

Outro tema na pauta da OCDE, em especial a partir de 2017 quando foi discutido no âmbito do Conselho Ministerial é o "Crescimento Inclusivo". Os indicadores correspondentes tratam de temas que perpassam várias áreas para as quais o Conselho de Ministros solicita revisões técnicas sobre a situação do país candidato a se tornar membro, de acordo com o documento *'Roadmap Acession'* para o Processo de Acessão do Brasil. As áreas de emprego, trabalho, saúde, educação, garantia de livre mercado e assuntos sociais, por exemplo, abordam questões de garantia de acesso a todos, além de igualdade de oportunidades.

A OCDE declarou que o crescimento deve ser forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. A partir disso, a OCDE elaborou um *framework* para ação política sobre crescimento inclusivo. O *framework* tem como objetivo ajudar os governos a sustentar e compartilhar os benefícios do crescimento econômico. O documento observou as desigualdades de renda e oportunidades por meio de uma análise abrangente baseada em

evidências, e destaca três principais blocos de construção da ação política para sustentar e compartilhar mais equitativamente os ganhos do crescimento econômico e social.

Os indicadores de Crescimento Inclusivo considerados aqui abordam os temas relacionados aos três pilares de políticas públicas mais relevantes para promoção de maior inclusão, e foram divididos em 4 grupos de indicadores. O Brasil possui dados disponíveis para 19 dos 24 indicadores de Crescimento Inclusivo apresentados no relatório *Opportunities for All: A Framework for Policy Action on Inclusive Growth*. Esses indicadores permitem análise mais ampla do crescimento inclusivo para o Brasil, já que possui informações para a maioria dos indicadores.

Importante destacar que a consolidação dos indicadores de crescimento inclusivo é recente na OCDE e há poucas publicações que abordam esses indicadores. Assim, mesmo entre os países membros, tais indicadores ainda não são consolidados: alguns países membros como Costa Rica, Colômbia, Turquia, México, Islândia, entre outros, não possuem informações completas e disponíveis que permitam a análise de algum desses indicadores.

O fato de o Brasil ter indicadores para a maioria dos que são medidos pela OCDE é interessante e nos faz analisar detidamente sobre eles. A tabela I abaixo mostra os 19 indicadores do Brasil que fazem parte do "Crescimento Inclusivo", comparativamente aos países da OCDE, em média. Embora em muitos dos indicadores o Brasil esteja em desvantagem comparativamente à média, estão grifados em vermelho aqueles que chamam a atenção sob aspecto de renda e rendimentos. Emprego, taxa de pobreza e produtividade no trabalho são grandes desafios para muitas nações, em especial aquelas em desenvolvimento, e no Brasil não é diferente.

A concentração de renda chama a atenção no item de ‘Razão entre os 20% mais ricos e os demais 80%’ e também no item sobre ‘Razão entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres’. Chama a atenção a comparação entre a ‘taxa de inscrições em creches’, o que demonstra também a dificuldade do Brasil na questão de emprego e educação. Por outro lado, pode-se observar no grifo (em azul) os aspectos que embora ainda haja espaço para avanços do Brasil, estamos à frente da média dos países da OCDE, como: a diferença de salários entre mulheres e homens, e o percentual de empresas com acesso digital.

Da mesma forma, a mortalidade por poluição do ar é menor no Brasil do que na média dos países da OCDE, demonstrando que o país se beneficia de seu clima tropical e pelo fato de ter a Amazônia em seu território, o que é um fator relevante. Mesmo que o país tenha avanços a implementar relacionados à sustentabilidade, os indicadores mostram sua positividade no cenário. No caso do diferencial do percentual de renda ‘% de diferença entre homens e mulheres’, sendo a diferença apurada no Brasil de 6,3%, bem inferior à média da OCDE, que está em 11,9%. Além disso, o acesso digital das empresas em que o Brasil também está à frente, com 62,2% enquanto a média da OCDE está em 44,6%.

Para melhorar o grau de comparabilidade entre esses e outros indicadores primários são recomendadas políticas para abordar a questão no Brasil, assim como para avançar gradativamente no cenário de crescimento e viabilizar análises mais detalhadas sobre tributos, governança, modelo de atribuição de impostos, contribuições pagas pelas famílias etc. Tudo isso poderá compreender melhor dados de emprego involuntário no país. Devido ao alto nível de desigualdade no Brasil, questões relacionadas à saúde da população e o bem-estar da população demandam investimentos expressivos, consistentes e recorrentes do Estado por longo prazo.

TABELA I

Indicadores de crescimento inclusivo, Brasil e OCDE

Grupo de indicadores	Indicador	Unidade de medida	Média OCDE	Brasil
1. Crescimento e garantia de partilha equitativa dos benefícios do crescimento	PIB per capita	US$/per capita	41,694.00	13,485.00
	Mediana da renda	US$	24,070.60	6,941.70
	S20/S80	Razão do rendimento dos 20% mais ricos e restante 80%	5.5	14.5
	Taxa de pobreza	% da população com menos de 50% da renda mediana	0.1	0.2
	Mortalidade por poluição do ar	Mortes por milhão de habitantes	275.2	206.6
	Expectativa de vida	Anos	80.6	76.1
2. Mercados inclusivos e funcionais	Produtividade do trabalho	US$/trabalhador	99,799.00	32,372.30
	Taxa de emprego	Razão de empregados sobre população	67.8	59
	Dispersão de ganhos	Razão do salário dos 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres	3.3	4.6
	Diferencial de gênero	diferencial % de renda	11.9	6.3
	Acesso digital	% empresas	44.6	62.2
	% empréstimo para PMEs	% dos empréstimos	49	41.7
3. Oportunidades iguais e fundamentos da prosperidade futura	Variação no desempenho escolar explicada pelo status socioeconômico	% do desempenho	12	14
	Taxa de inscrição em creches	% das crianças entre 0-2 anos na creche	36.5	21
	Jovens não empregados nem em educação	% dos jovens entre 16 e 24 anos	6.7	13.1
	Alunos resilientes	% de alunos	11.3	10
4. Governança	Confiança no governo	% da população que confia no governo	50.7	36
	Participação eleitoral	% da população com idade para votar	69	79
	Participação feminina na política	% dos políticos	33.8	17.7

Tabela com dados de indicadores de crescimento da média dos países da OCDE e do Brasil, comparativamente, disponível na página 11 da publicação: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12346/1/RI_Indicadores_quantitativos_OCDE_Brasil_v1_Pub_Preliminar.pdf (Grifos em vermelho e azul feitos pela autora deste trabalho).

Para avaliar o crescimento de indicadores econômicos e sociais do Brasil e compará-los com a média dos países da OCDE, foram selecionados três importantes indicadores econômicos e sociais que demonstram as evoluções em direção à melhor

expressão do país economicamente, à redução de desigualdades e à inovação e visão de futuro. São eles: PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Inclusão Digital. São esses indicadores que serão analisados, à luz dos dados apurados nos países que são da OCDE e que permitem comparabilidade com o Brasil e o crescimento desses índices ao longo dos últimos 10 anos.

5. EVOLUÇÃO COMPARATIVA DE INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS: PIB PER CAPITA, IDH E INCLUSÃO DIGITAL

A escolha desses indicadores para avaliação se deve à dissonância em que pode ser observada entre o PIB brasileiro, que o coloca como a nona economia mundial, de acordo com estimativas do FMI e o PIB per capita brasileiro, que se coloca distante de muitos países, em especial aqueles que fazem parte da OCDE. Também nessa perspectiva, o IDH do Brasil vem gradativamente crescendo na série histórica dos últimos 10 anos, mas ainda se coloca atrás de países com economias bem menos representativas no que tange à importância sistêmica e impacto global.

Em outra direção está a transformação digital, em que o Brasil vem demonstrando capacidade de induzir sua população no rumo da inovação. As iniciativas e os investimentos em ações de inclusão digital e digitalização dos setores públicos colocam o Brasil em posição de destaque na comunidade mundial. Assim, o país mostra que tem boa capacidade de inovar no presente e no futuro, caso siga evoluindo nos indicadores da OCDE sobre esse tema.

5.1 PIB PER CAPITA

A população economicamente ativa do Brasil é de cerca de 98 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 46% da população que já alcança 215 milhões de habitantes. A população

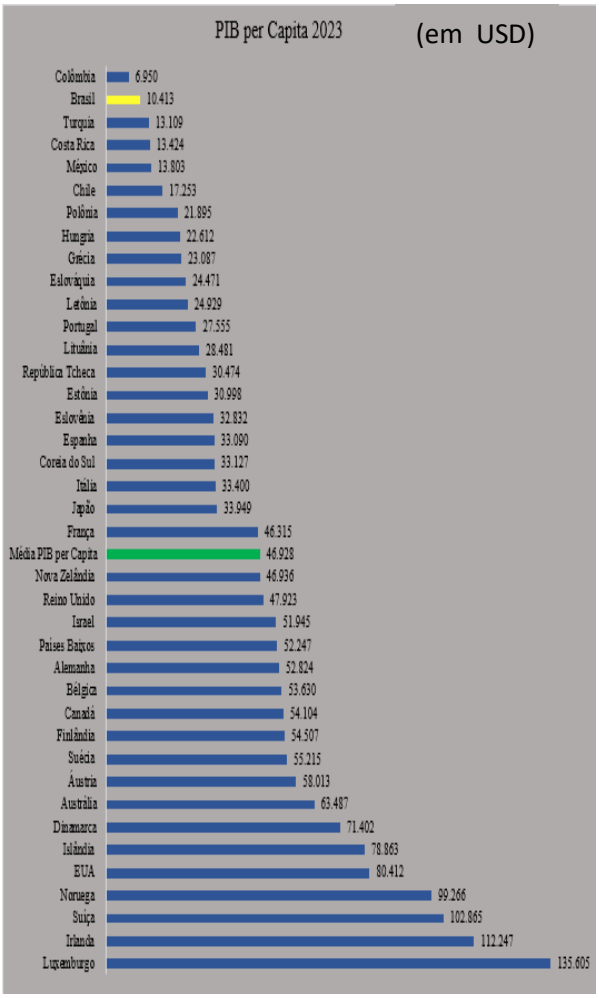
considerada desocupada ultrapassa 8 milhões de pessoas. O PIB per capita brasileiro cresceu 2,2% em 2023, alcançando a marca de US$ 10,4 mil. De acordo com a lista do FMI, o Brasil ocupa a posição 66º no ranking do PIB per capita. Abordando a renda média brasileira de forma mais detalhada, em 19/04/2024 dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Brasil cresceu em 11,5% a renda per capita e atinge o maior valor em 12 anos. O valor da renda per capita mensal atinge U$ 353,82 de acordo com o IBGE e é considerado o maior na série histórica desde o início desse tipo de medição, que começou em 2012. De acordo com a pesquisa, o aquecimento do mercado de trabalho e os programas sociais, como o Bolsa Família, contribuíram para o avanço.

O crescimento no Brasil está em convergência com o que temos observado de crescimento do PIB per capita analisado entre 2014 e 2023. Começamos a avaliar o gráfico II abaixo, em que mostra o PIB per capita de todos os países membros da OCDE no ano de 2023, onde a média apresentada é de aproximadamente U$ 48.137 (marcação em verde). Ao inserir o país, cujo PIB per capita no ano foi de U$ 10.413 (marcação em amarelo), na análise comparativa com outros países, notamos que a média da OCDE passaria para U$ 46.928, considerando hipoteticamente se o país fizesse parte da organização.

Comparando o PIB per capita brasileiro com o dos países da OCDE, observa-se que o Brasil apresenta valor superior apenas à Colômbia, conforme demonstrado no gráfico III. Com a nova composição da OCDE, incluindo Colômbia (que passou a fazer parte do grupo em 2020) e Costa Rica (que passou a se integrar em 2021), 20 países apresentam PIB per capita inferior à média da organização.

GRÁFICO II

GRÁFICO III



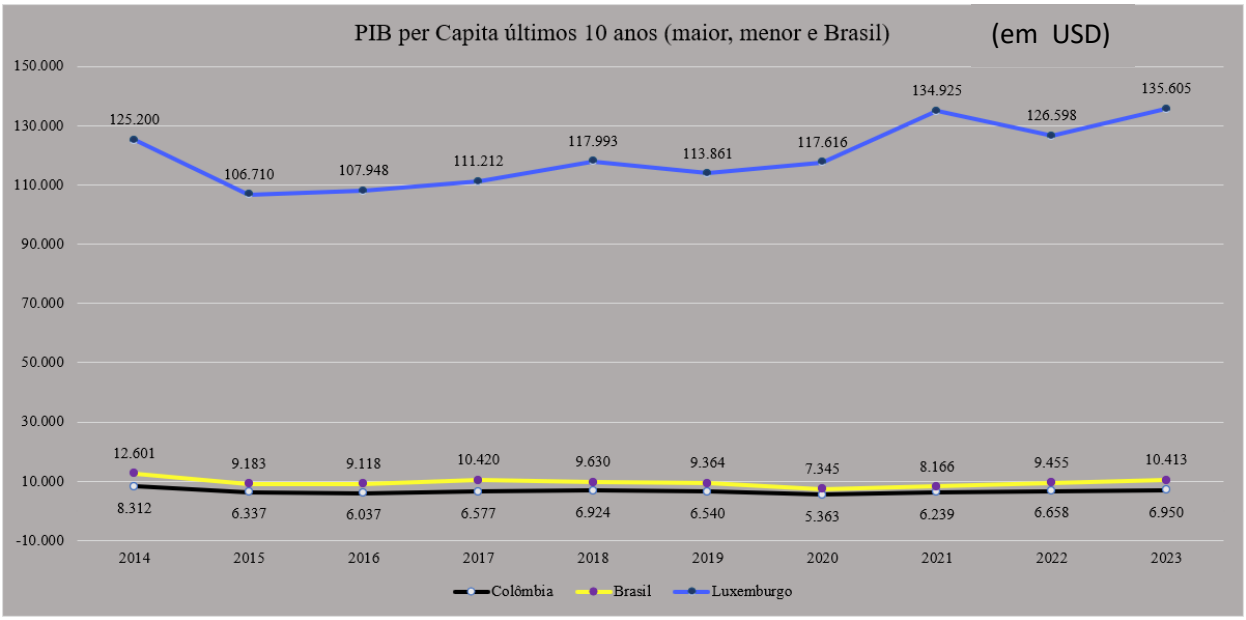
Elaborado com dados de 2023 estimados. Data abril/2024.

Fontes: https://pt.countryeconomy.com/governo/pib; https://www.statista.com/statistics/385870/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-austria/; https://pt.tradingeconomics.com/austria/gdp-per-capita; https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=AT; https://www.imf.org/external/datamapper/profile/AUT

Observando a oscilação do PIB per capita brasileiro nos últimos 10 anos, comparando-o com a melhor e a pior performance entre os países, no Brasil observa-se que houve quedas mais expressivas em 2015 e 2020, especialmente em função da pandemia da COVID-19, que causou impactos no sistema econômico de praticamente todos os países do mundo. Em comparação com o ano de 2014, o Brasil teve queda de

cerca de 18%, queda semelhante à que aconteceu com a Colômbia, com mais de 17% de redução. Conforme gráfico IV, no caso do país com a melhor performance nesse indicador, que é Luxemburgo, apesar da oscilação ao longo do período de dez anos, entre 2014 e 2023, houve crescimento observado de mais de 8% entre 2014 e 2023.

GRÁFICO IV

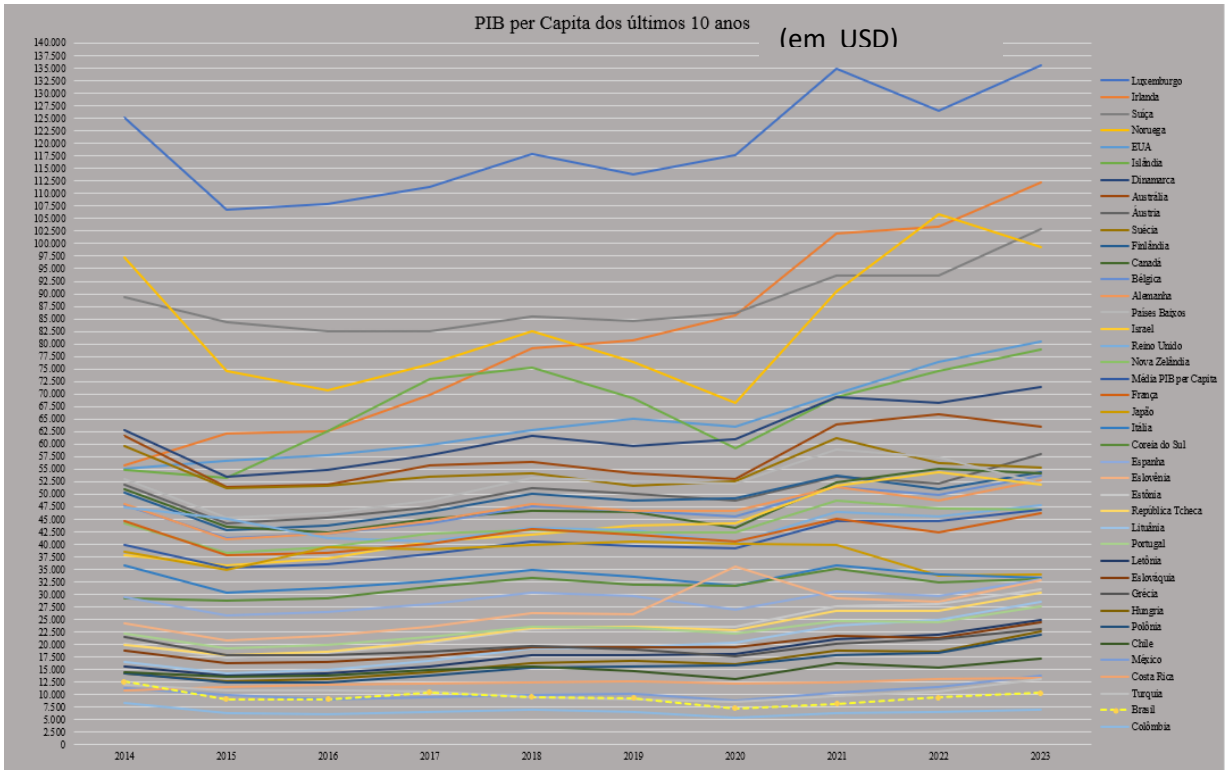


Elaboração da autora deste trabalho. Data abril/2024.

Fontes: https://pt.countryeconomy.com/governo/pib; https://www.statista.com/statistics/385870/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-austria/; https://pt.tradingeconomics.com/austria/gdp-per-capita; https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=AT; https://www.imf.org/external/datamapper/profile/AUT

Na comparação com todos os países membros permanentes da OCDE, observando o movimento dos últimos 10 anos, houve oscilação como demonstrado no gráfico V. De maneira geral foi percebido crescimento em praticamente todos os países, alguns bastante expressivos, mesmo apesar dos impactos da pandemia. Os destaques de crescimento estão mais presentes na Irlanda, Suíça e Luxemburgo. Ainda em relação à expressividade do crescimento, observa-se que a Irlanda, cujo PIB per capita mais do que dobrou, passou de U$ 55.652 para U$ 112.247, se distanciando de Dinamarca, Austrália, Islândia e Estados Unidos, que eram os países cujos índices se aproximavam entre eles.

GRÁFICO V



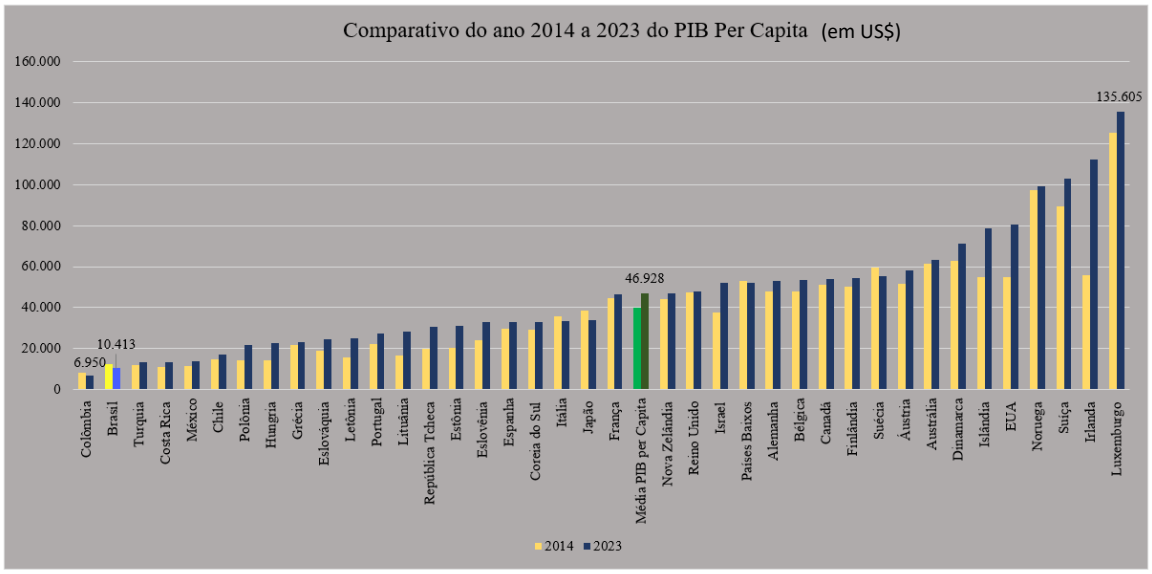
Elaboração da autora deste trabalho. Data abril/2024. Fontes: https://pt.countryeconomy.com/governo/pib; https://www.statista.com/statistics/385870/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-austria/; https://pt.tradingeconomics.com/austria/gdp-per-capita; https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=AT; https://www.imf.org/external/datamapper/profile/AUT

O Gráfico VI mostra o crescimento entre 2014 e 2023, com crescimento na média do PIB per capita dos países da OCDE, sendo que 33 países tiveram crescimento no período. Apenas Suécia, Países Baixos, Japão, Itália e Colômbia tiveram involução, além do Brasil que também involuiu. A evolução ou involução está relacionada à macroeconomia e situações adversas no país, mas também está relacionada às políticas públicas implementadas, assim como investimentos realizados para promoção da inclusão e distribuição de renda.

No caso do Brasil, a queda aconteceu nos anos 2015, 2016, 2018, 2019, 2020 e 2021, o que resultou numa diferença de 18% menor, comparando-se com 2014. A concentração de riqueza no país é um problema sistêmico e requer continuados movimentos de políticas públicas ao longo de décadas, com investimentos em educação

básica, média e superior, investimentos em saúde, infraestrutura e melhoria na qualidade de vida da população. O país teve investimentos em educação reduzidos por 5 anos consecutivos (Martelo, A. 2022).

GRÁFICO VI



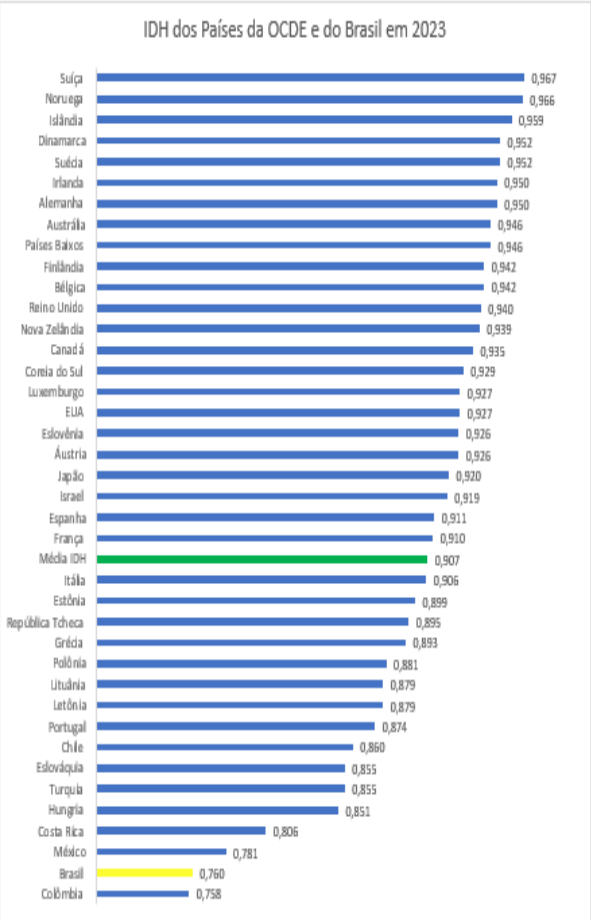
Elaboração da autora deste trabalho. Data abril/2024. Fontes: https://pt.countryeconomy.com/governo/pib; https://www.statista.com/statistics/385870/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-austria/; https://pt.tradingeconomics.com/austria/gdp-per-capita; https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=AT; https://www.imf.org/external/datamapper/profile/AUT

5.2 IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Outro indicador muito importante para ilustrar o crescimento inclusivo de um país é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Esse índice é um desafio muito grande para um país como o Brasil, cuja extensão e população são muito grandes. O gráfico VII mostra o IDH em 2023 e a média dentre os países da OCDE. A média dentre os países que atualmente fazem parte da organização alcança a marca de 0,930 no índice que vai de 0 até 1, onde quanto maior o valor, melhor a condição da nação no desenvolvimento humano.

Como era esperado, Suíça, Noruega, Islândia e Dinamarca aparecem no topo do ranking, com notas muito próximas de 1. Da mesma forma esperada, Colômbia, México, Costa Rica, Hungria e Turquia estão no final do ranking, com 0,758, 0,781, 0,80, 0,851 respectivamente. O valor observado no Brasil é o segundo pior, estando à frente da Colômbia. Ao observarmos o gráfico VIII, nele há o IDH de todos os países da OCDE e do Brasil. Caso o Brasil fizesse parte, a média da OCDE seria de 0,907 pontos, o que equivaleria a um índice 3% menor do que a média atual observada em 2023, sem a inclusão do Brasil.

GRÁFICO VII



Elaboração da autora deste trabalho. Data abril/2024. Fontes: https://pt.countryeconomy.com/governo/pib; https://www.statista.com/statistics/385870/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-austria/; https://pt.tradingeconomics.com/austria/gdp-per-capita; https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=AT; https://www.imf.org/external/datamapper/profile/AUT

Os dados do gráfico IX mostram o crescimento do IDH nos últimos 10 anos, apresentando os países com a melhor e a pior performance, junto com o Brasil, sendo que a melhor performance é a da Suíça e a pior performance a da Colômbia, com valor muito similar ao Brasil. Ao longo dos anos, o Brasil apresentou um crescimento de apenas 2% durante os últimos 10 anos, crescendo de 0,744 para 0,760. A Colômbia, que tem índice parecido com o do Brasil, cresceu de 0,711 para 0,758 significando um crescimento de quase 7%. A Suíça cresceu cerca de 5,5% neste mesmo período.

GRÁFICO VIII

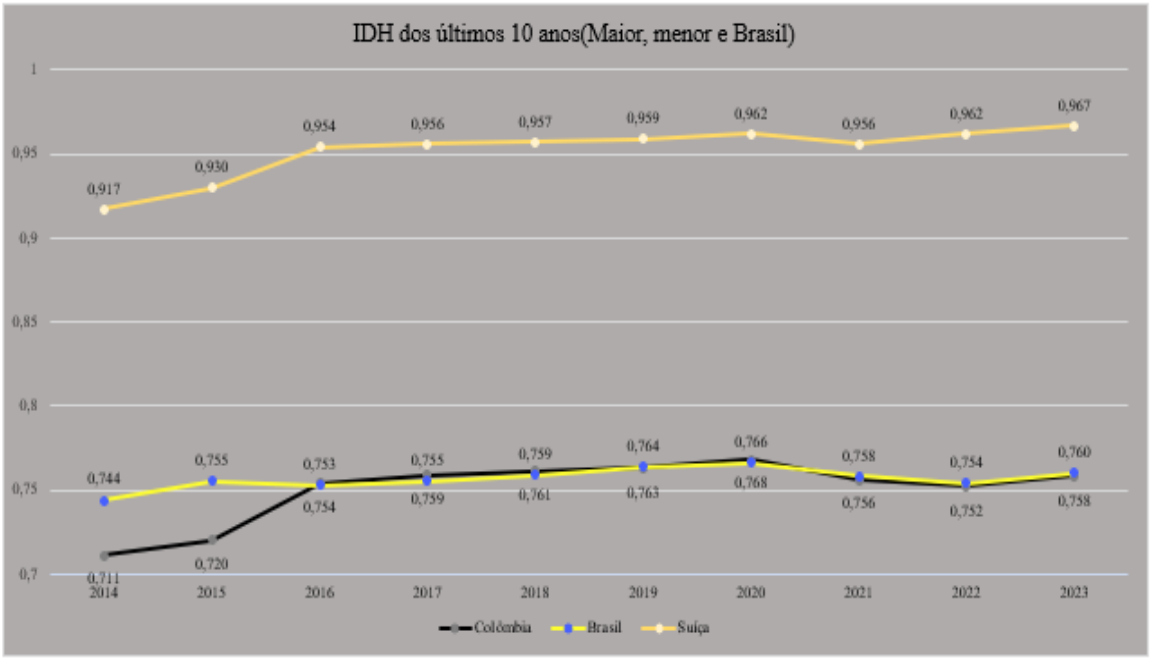


Gráfico elaborado da autora deste trabalho. Data abril/2024. Fonte dos dados: https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014

Os países membros apresentam índices muito parecidos, com exceção da Colômbia e do México, cujo IDH é bem menor do que os demais. Quando inserido o Brasil, para efeito de comparação, este também fica entre os países com pior índice. O México tem índice de 0,780, o Brasil com 0,760 e a Colômbia com 0,758

Não houve involução observada nos últimos dez anos por nenhum país da OCDE, assim como também não houve involução do Brasil. Mesmo que todos os países tenham crescido, o ritmo de crescimento é bem diferente. Alguns países como a Islândia, Suécia, Irlanda e até a Colômbia cresceram entre 5% e 7% no período, enquanto o Brasil cresceu apenas cerca de 2%, um dos países que tiveram menor crescimento observado.

GRÁFICO IX

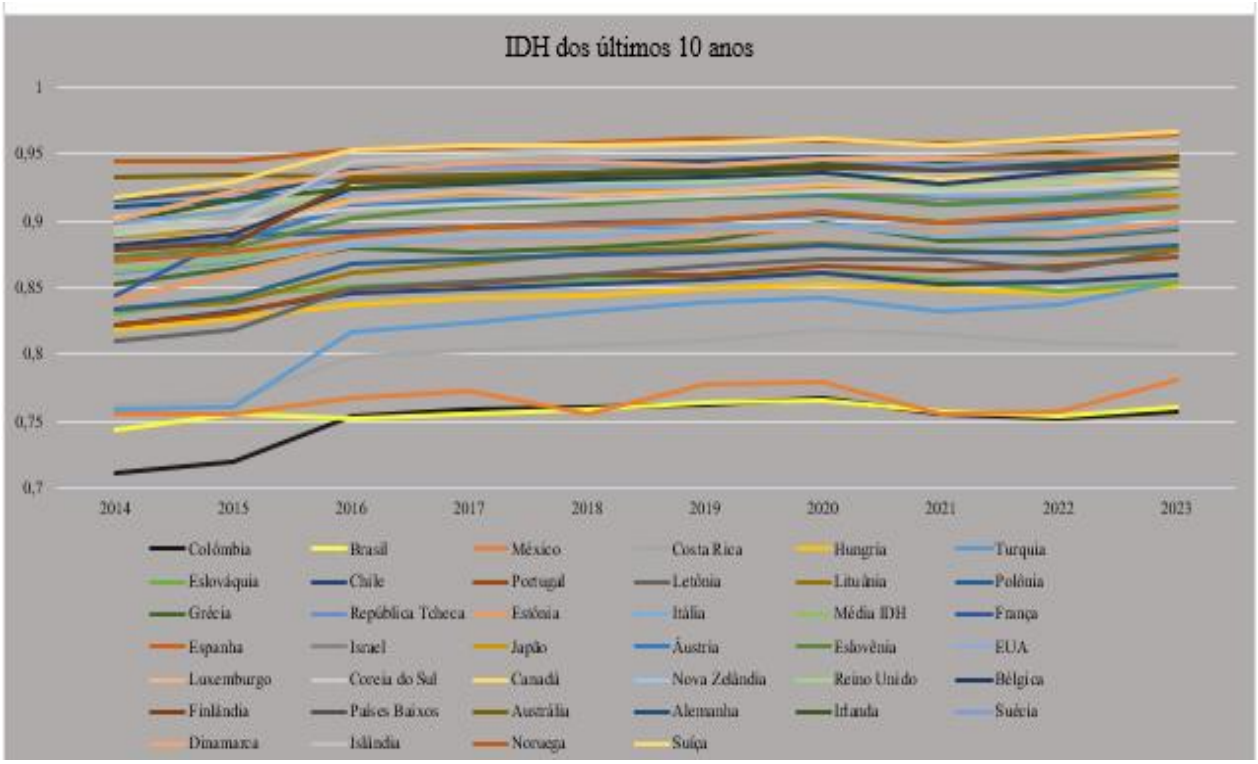


Gráfico elaborado pela autora deste trabalho. Data abril/2024. Fonte dos dados: https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014

De forma geral, o cenário é muito positivo de melhoria do índice em todos os países que fazem parte da organização. Todos os países apresentaram crescimento, na comparação com os últimos 10 anos. O país que teve o maior crescimento foi a Turquia, passando de 0,759 para 0,855, conforme pode ser observado abaixo. Vale destacar que este é um índice de desenvolvimento humano que, assim como o PIB per capita, é também muito impactado pela distribuição de renda. Investimentos consistentes em saúde e

educação poderiam ter sido decisivos para que os países, em especial da América do Sul, tivessem resultados acelerados. No gráfico XI, a média apresentada considera o Brasil, caso fosse incluído na OCDE e essa média cai para 0,907, diferente dos 0,930 que é obtido atualmente sem o Brasil.

GRÁFICO X

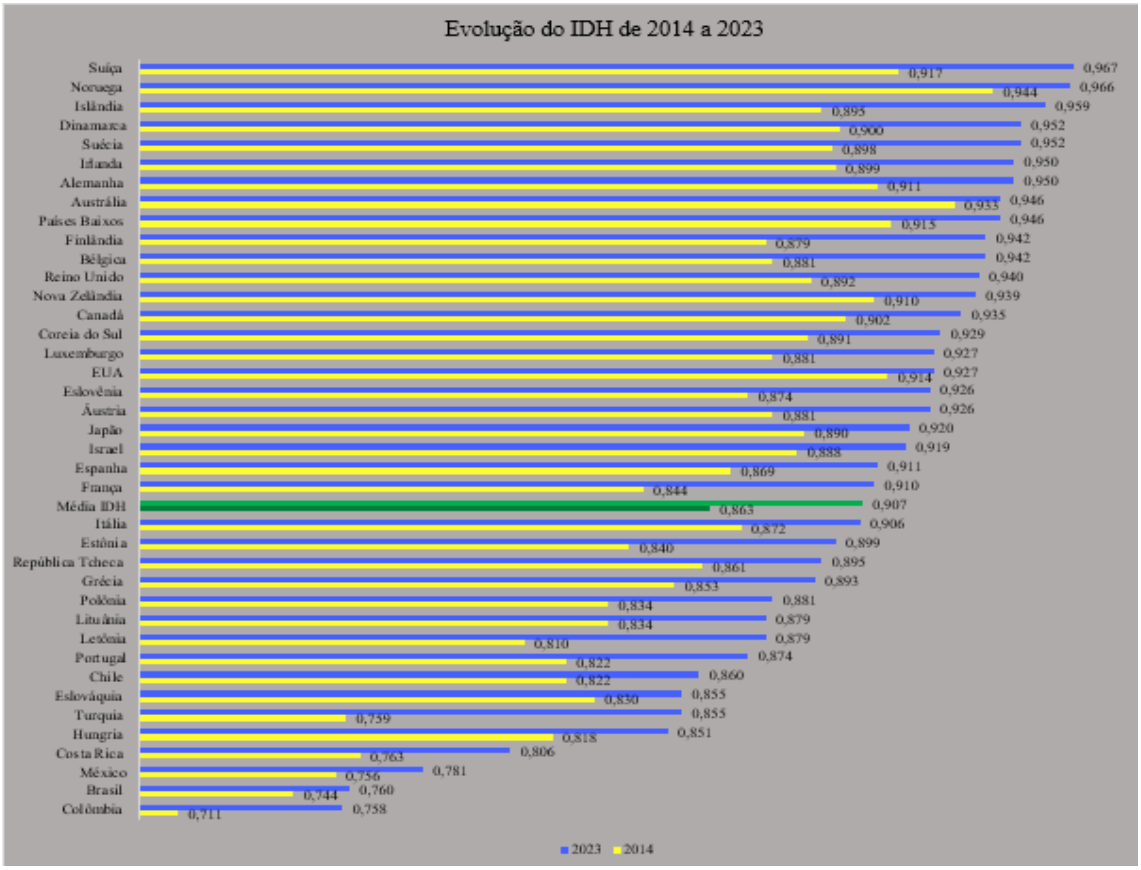


Gráfico elaborado pela autora deste trabalho. Data abril/2024. Fonte dos dados: https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014

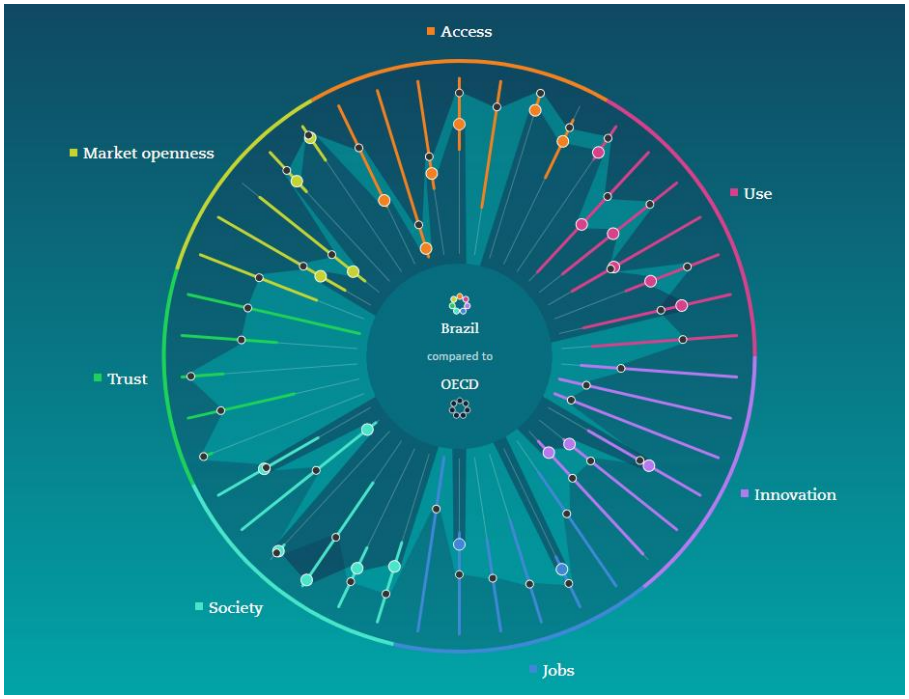
5.3 GOING DIGITAL TOOLKIT

Outro indicador escolhido tem relação com o nível de prontidão do país para ações de inclusão digital e inovação. Diversos indicadores podem ser analisados para medir a nação no tocante à transformação e inclusão digital. A OCDE tem uma plataforma que

observa sete diferentes perspectivas: Acesso, Uso, Inovação, Trabalho, Sociedade, Credibilidade e Mercado Aberto. Cada uma das sete perspectivas apresenta entre cinco e sete diferentes critérios de avaliação que classificam os países membros da instituição e outros países que tenham mecanismos de medição semelhantes aos critérios avaliados e que sejam validados pela organização.

No total, são 42 itens pesquisados, sendo que nem todos os países têm informações completas para observar todos os 42 itens. Como efeito de comparabilidade, o Brasil tem informações disponíveis para 27 itens analisados. O objetivo do mapa é apoiar os países a acelerarem suas iniciativas e planos de ação com a finalidade de alcançar as médias compatíveis com a OCDE.

FIGURA II[5]

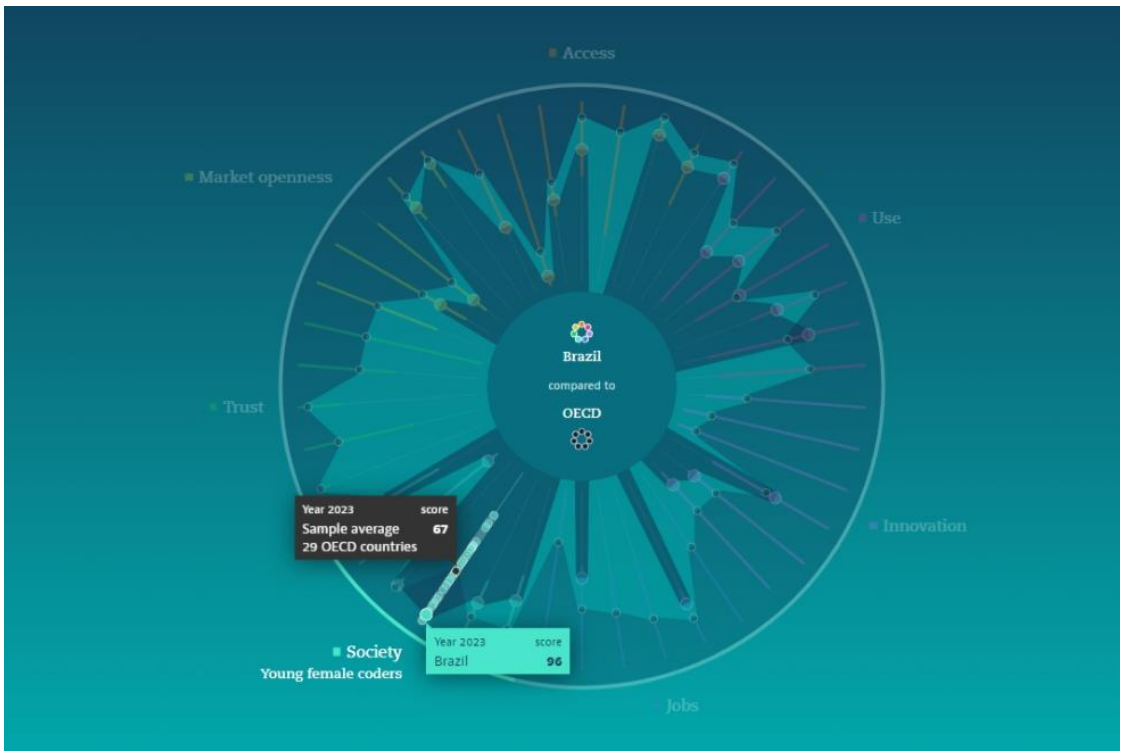


Fonte: https://goingdigital.oecd.org/

[5] A figura II deve ser interpretada da seguinte forma: bolinhas pretas representam a posição da média da OCDE; bolinha coloridas representam a nota obtida pelo país naquele critério; nos critérios em que não há bolinhas coloridas significa que não há dados daquele país que sejam comparáveis com o mesmo tipo de medição feita; quanto mais próximo da borda do círculo maior a nota apresentada.

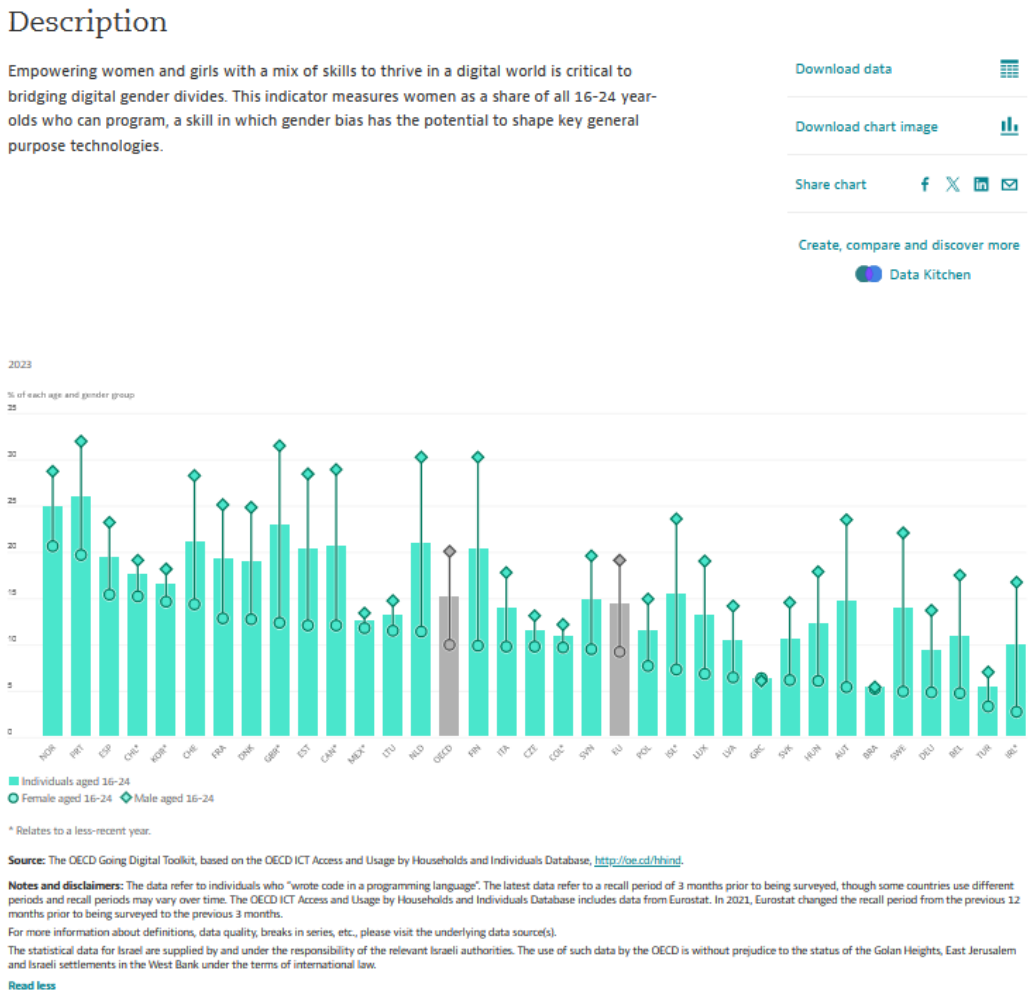
Para se ter uma ideia de utilização e interpretação, as figuras III e IV mostram a perspectiva “Society”, no critério “Young Female Coders”, critério em que o país apresenta a melhor performance, comparativamente à média da OCDE. Nesse item, a média da organização alcançou o score 67 e o score do Brasil é de 96. Aqui pode ser observado um destaque positivo muito representativo, com a nota cerca de 40% superior à média da OCDE. Isso demonstra que a inclusão feminina nos projetos e iniciativas de Tecnologia da Informação é uma realidade mais avançada no país do que em diversos países da Europa. Esse é o critério do ‘Going Digital’ em que o Brasil mais se destaca. Há outros em que o país está bem posicionado, acima ou próximo da média dos demais países.

FIGURA III



Fonte: https://goingdigital.oecd.org/

FIGURA IV



Fonte: https://goingdigital.oecd.org/

De forma contrária, no mesmo indicador “Society”, critério “Top-performing students in science, maths and reading”, o país apresenta distância significativa do score médio da OCDE, estando com nota 9 e a OCDE com nota 46. A tabela II mostra os 27 critérios em que o Brasil é medido de forma análoga à instituição. Em quatro desses critérios (grifo em amarelo) o país apresenta nota superior. Em outros 8 critérios, a nota é menor do que a média da organização, mas a diferença não chega a 15%, o que nos faz

interpretar que o país caminha na direção adequada e inclusiva comparando à prática e nota da média dos países-membros.

TABELA II

	Brasil	Média OCDE	Diferença
Market Openness			
Digitally-deliverable services trade	33	44	
ICT goods and services trade	19	35	
Digital Services Trade Restrictiveness	78	86	10,20%
FDI Regulatory Restrictiveness	92	94	2,10%
Acess			
Fixed Broadband Penetration	40	73	
M2M Penetration	6	20	
Mobile Broadband Penetration	47	57	
Household Broadband Access	74	92	
4G Broadband coverage	88	98	11,30%
Urban-rural Broadband divide	78	86	10,20%
Use			
Internet Users	82	92	12,20%
Uptake of digital government services	44	66	
People buying online	54	80	
Small firms selling online	43	41	4,80%
Business with web presence	59	81	
Business buying cloud services	59	72	
Innovation			
Startup firms	66	60	10%
Top-cited computer scince documents	22	37	
ICT patents	17	36	
Jobs			
Jobs in digital intensive sectors	76	85	11,80%
New Steam Graduates	49	66	
Society			
Internet users age 55-74	67	83	
Low-income Internet Users	76	84	10,50%
Young Female Coders	96	67	43,20%
Internet Gender Divide	93	94	1%
Top-performing students in science, maths and	9	46	
Digital Government Index	70	69	1,40%

Elaborado pela autora deste trabalho. Abril/2024. Fonte: https://goingdigital.oecd.org/

O Índice Global de Inovação, produzido pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual, identifica o Brasil na 49ª posição, entre 132 países, superando o

Chile. Além disso, está entre os 50 países mais inovadores e se tornou o primeiro na América Latina em 2023. Em 2022, o Brasil foi reconhecido pelo Banco Mundial como o segundo país do mundo com a mais alta maturidade em governo digital. A avaliação é resultado do *GovTech Maturity Index 2022*[6], que considera o estado da transformação digital do serviço público em 198 economias globais, corroborando a percepção do desenvolvimento do país sobre inovação.

6. RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Para aprofundar informações sobre o processo de acessão, foram conduzidas entrevistas com quatro especialistas brasileiros, experientes e pesquisadores em economia internacional e comércio exterior, que já acompanharam ou acompanham o tema. As entrevistas foram conduzidas em formato de videoconferência, foi adotado um roteiro simplificado, conforme anexo I e os entrevistados tinham liberdade para comentar de forma aberta suas considerações e opiniões sobre o assunto.

Considerando o perfil dos entrevistados, utilizou-se a técnica de coleta de narrativa na perspectiva de que uma "narração só se faz possível a partir da existência prévia de um estoque de experiências e vivências" (Reis, P. 2019, pág. 4). Foram adotadas as recomendações contidas no artigo técnico "Subjetividade e Entrevista com Especialistas", da Agência de Inovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[6] O relatório do Índice de Maturidade GovTech (GTMI) de 2021 e o conjunto de dados subjacente oferecem oportunidades para replicar o estudo, identificar lacunas na transformação digital comparando as diferenças entre economias e grupos de economias e acompanhar as mudanças ao longo do tempo de forma transparente. O conjunto de dados será atualizado a cada dois anos para refletir os desenvolvimentos no domínio GovTech. Este relatório de atualização do GTMI de 2022 e o conjunto de dados que o acompanha e o novo painel de dados apresentam o progresso nos últimos dois anos, destacam algumas das boas práticas e identificam lacunas existentes para possíveis melhorias em países na fronteira tecnológica. https://www.worldbank.org/en/programs/govtech/gtmi

As entrevistas circundaram o tema da acessão do Brasil na OCDE, cuja conversa foi concentrada em aspectos técnicos e de prontidão do país para tal. Também foram debatidas as perspectivas da organização ao incluir países em desenvolvimento e as contribuições mútuas da participação. Podemos observar que as opiniões são diversas e estão geralmente concentradas na possibilidade de aceleração de indicadores, assim como a expressividade do Brasil no mercado global, que pode contribuir para o país e para a organização. Não há dúvidas de que é um país importante no comércio internacional e suas parcerias bilaterais e multilaterais. Assim como se torna muito importante também a presença em organizações que fomentem e regulem o comércio internacional no mundo.

Uma das abordagens bastante presente foi a intenção de modernização da instituição ao permitir países como Colômbia, México, Chile e Costa Rica fazem parte do grupo, antes chamado de 'Clube dos Ricos'. Esse movimento de evolução da OCDE, tanto no tocante à participação de perfis diferentes de países, quanto de novos e mais modernos indicadores, já vem acontecendo há algum tempo.

"A história da participação do Brasil é antiga, que foi ficando mais acelerada em 1995, quando havia a intenção de levar países em desenvolvimento para a OCDE. O objetivo de levar a renovação para a instituição foi patrocinado por Ángel Gurría - diplomata mexicano que foi Secretário Geral da OCDE entre 2006 e 2021. Ele buscou a renovação da organização para firmá-la como um pilar da arquitetura de governança econômica global e foi um ponto de referência no desenho e implementação de melhores práticas por uma vida melhor. Nesse cenário, ampliou a adesão de novos membros,

tornando a organização mais inclusiva, com Chile, Estônia, Israel, Letônia e Eslovênia.", afirmou Renato Baumann. [7]

A OCDE enfatiza a importância de investir em pessoas e regiões desfavorecidas, apoiar empresas e mercados de trabalho que sejam mais inclusivos, promover abertura comercial e ajudar a construir governos eficientes e responsáveis. Nesse sentido, "a tese de que a OCDE é considerada 'Clube dos Ricos' já não é tão atual, haja vista que agora fazem parte, além dos países mais industrializados do mundo, alguns emergentes como a Colômbia, o México, o Chile e alguns outros países menos representativos no cenário da economia global. Esse movimento de modernização do organismo, tanto no tocante à participação de perfis diferentes de países, quanto de novos e mais modernos indicadores, já vem acontecendo há algum tempo", comentou Alexandre Parola[8].

A intenção era de que países com características e economias diferentes pudessem, de alguma forma, renovar a OCDE, com a presença de membros com experiência e representatividade no agronegócio, por exemplo. Desde então o Brasil participa em muitas comissões, atualmente está ativo em mais de cem comitês e grupos. Temas como o agronegócio, a concentração de renda, a transformação digital e aceleração da inovação, os desafios climáticos e ambientais são assuntos que dão novas perspectivas de análise e atuação.

[7] **Renato Coelho Baumann das Neves** é secretário-adjunto de Assuntos Internacionais no Ministério do Planejamento, coordenou os estudos para a qualificação dos indicadores elencados pela OCDE, cuja pesquisa analisou 3.700 e aplicou a metodologia no Brasil. Foi membro do Comitê para o Conhecimento e Tecnologia da OCDE, membro do Conselho Consultivo do Comitê Empresarial Brasil-China e também foi diretor do escritório da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe).

[8] **Alexandre Guido Lopes Parola** é ministro do Itamaraty, atuou no Ministério da Economia, no Ministério da Defesa e na Presidência da República. Foi professor do Instituto Rio Branco. Atuou nas embaixadas do em Washington, Santiago e Londres. Foi também embaixador do Brasil como representante permanente junto à OMC, em Genebra, nesta área por quatro anos. Esteve como embaixador do Brasil na missão da OCDE em 2022, em Paris. Foi Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação em 2018 e atuou também como porta-voz da Presidência da República em 2002 e em 2018.

Além da intenção da organização para a inclusão de nações mais diversas, os números do Brasil demonstram sua capacidade e magnitude em vários indicadores econômicos, além da sua representatividade global. De forma geral, os números alcançados em exportações de grãos e *commodities*, PIB, relações bilaterais e multilaterais com diversos países demonstram maturidade para estar entre os países da OCDE.

O território do Brasil, suas características e seu potencial econômico em alguns setores, como tecnologia e inovação, fazem com que especialistas acreditem na importância de se tornar membro para perspectivas mais inovadoras na OCDE. Assim, na perspectiva de Alberto Pfeifer[9], já não faz sentido separar as visões de países ricos e países pobres, "atualmente não devemos separar países ricos e países pobres. A organização já não deve mais ser considerada como um 'clube dos ricos', já que diversos países em desenvolvimento fazem parte do grupo. O Brasil, pelo seu tamanho territorial, envergadura econômica, pujança em diversos setores como o agronegócio, meio ambiente, tecnologia e inovação, por exemplo, deve sim ser comparado a alguns países ricos e pode se colocar nesse patamar. O mercado percebe o Brasil de forma muito positiva, com uma economia expressiva no mundo", ressaltou Pfeifer.

A OCDE vem liderando os esforços para reforma do sistema tributário internacional e para melhorar as estruturas de governança anticorrupção e outras áreas. Uma nova narrativa para o crescimento que promove além do bem-estar das pessoas, a

[9] **Alberto Pfeifer** é pesquisador do Instituto de Pesquisas Avançadas da Universidade de São Paulo (USP) e faz parte do Grupo de Análise de Estratégia Internacional na mesma Universidade. É diretor executivo do Grupo de Análises de Estratégia Internacional. Foi Diretor de Projetos de Estratégia Internacional da Secretaria Especial da Presidência da República. Atuou na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Também foi CEO do Conselho Empresarial da América Latina (CEAL). Foi também coordenador de Análise Conjuntural Internacional da USP.

inclusão de mulheres, gênero e juventude vem sendo reforçada e ampliada. Tudo isso aumentou a contribuição para a agenda global, incluindo o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e a adoção de metas para o desenvolvimento sustentável. Esses são temas em que o Brasil tem atuação representativa.

"O Brasil está muito avançado em questões ligadas à governo eletrônico, tem uma estratégia de bancarização extremamente consolidada e robusta, em especial com o PIX[10] e as soluções bancárias de segurança financeira. Além disso, a vasta utilização do *whatsapp* quebra a barreira do analfabetismo. A participação do Brasil na OCDE poderia apoiar decisivamente na estratégia da organização no tocante à inovação, digitalização, inclusão digital e inclusão bancária, temáticas em que o país tem excelentes referências.", destacou Alberto Pfeifer.

O entendimento de que a magnitude do Brasil no cenário do comércio internacional é algo muito positivo para a organização é recorrente. Se por um lado o Brasil poderá ter benefícios ao ingressar na OCDE, acelerando seus indicadores, por outro lado, está claro que o Brasil pode trazer novas e importantes perspectivas para a instituição, tanto pela importância no comércio internacional, quanto pela sua experiência em transformação digital, sustentabilidade, inclusão bancária e diversos outros temas em que o país é referência.

No sentido da utilização das informações e características do Brasil para o aprendizado e a construção de normas mais adequadas às diferentes nações, os

[10] PIX é a plataforma instantânea de pagamentos utilizada no Brasil. Trata-se de transferências interbancárias entre clientes individuais e empresas, onde os usuários têm uma chave escolhida entre números de telefone, número de documento ou e-mail e tal chave é registrada no Banco Central do Brasil, semelhante ao MB Way em Portugal. O mecanismo transformou as relações dos brasileiros com o dinheiro, já superando as transações de cartão de crédito e débito, ultrapassando cerca de 224 milhões de transações em apenas um dia, de acordo com a Agência Brasil de Comunicação, em matéria divulgada em 08.07.2024: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/pix-bate-recorde-e-supera-224-milhoes-de-transacoes-em-um-dia.

especialistas relatam a relevância desse contexto. “O sistema educacional brasileiro tem maior abrangência e pode servir de aprendizado para o grupo de países da OCDE, dada a capilaridade do país e as enormes diferenças entre as regiões. Em novas tecnologias, o Brasil também tem bons exemplos de adoção da inovação e distribuição de redes de acesso à internet que, pelo tamanho do país, impõem aprendizados e experiências múltiplas. A harmonização com a OCDE pode ser muito benéfica, podendo o Brasil mostrar muito do seu avanço em algumas áreas e aprender estando nesse grupo de países reconhecidos pela governança. Além disso influenciar e ser relevante na construção de indicadores”, ressaltou Otaviano Canuto. [11]

Sendo um país economicamente pujante, a sua participação na OCDE faria com que o país tivesse maior capacidade de influenciar a composição e formação de diversos indicadores, como por exemplo aqueles voltados para a sustentabilidade, inovação e agricultura, áreas em que o Brasil tem propriedade para defender e servir de referência. E poderia, inclusive, melhor calibrar os indicadores, caso passasse a ser membro-pleno.

A opinião de que a participação é muito importante é praticamente consolidada, pela relevância que pode trazer para a organização. Há ainda a perspectiva de troca de informações, o que pode inclusive beneficiar o Brasil. Para Alexandre Parola, “participar como membro pleno da OCDE, além do intercâmbio de informações e alinhamento de políticas com o objetivo de potencializar o crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros, o Brasil poderia ser mais decisivo na definição de políticas, métricas e indicadores. Atualmente, mesmo não sendo membro

[11] **Otaviano Canuto dos Santos Filho** é um economista brasileiro, foi diretor executivo do FMI para o Brasil e outras nações. Foi vice-presidente do Banco Mundial para a redução da pobreza e gestão econômica, bem como por duas vezes diretor executivo do Banco Mundial para Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago. Foi também vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atuou como secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda no Brasil. Atualmente é CEO do Centro de Macroeconomia e Desenvolvimento, professor na Universidade George Washington (USA) e membro sênior do Centro de Políticas do Novo Sul.

permanente ainda, o Brasil está engajado com a organização e já participa de muitas comissões".

Alguns executivos envolvidos com os temas de comércio internacional defendem tese de que a OCDE é uma organização voltada para países no Norte e isso os faz acreditar que não haveria ganhos para o Brasil. Mas, observando o que aconteceu com alguns países que entraram para a instituição e abriram muito sua economia nos últimos anos, foram observadas melhorias no crescimento dos seus indicadores. O México e a Colômbia, por exemplo, tiveram crescimento no IDH.

"A OCDE tem atuado muito com as nações que participam como membros-permanentes e com aquelas que colaboram no sentido de garantir boas regras de economia de mercado, observando os países com as democracias maduras e avançando sistematicamente no nível de distribuição de renda. Além disso, os países que fazem parte podem se beneficiar em termos do comércio porque o fato de se classificar apto significa que o país é considerado adequado ao arcabouço, tais como: não discriminação de estrangeiros, proibição de corrupção com outros países etc. Tudo isso é muito bom para o país sob a ótica do desempenho econômico. Alguns países como México, Chile e Colômbia melhoraram seus índices", afirmou Otaviano Canuto sobre o crescimento das nações em desenvolvimento que se juntaram ao grupo.

Para a participação na organização, inúmeros requisitos precisam ser cumpridos pelos países. Tais requisitos envolvem a adequação a regras e indicadores em que o Brasil ainda não está completamente preparado. Seria necessário adequar-se a algumas regras para concluir seu processo de acessão, mas muitos indicadores já estão avançados nesse sentido. "São muitos os indicadores da OCDE, mas segundo o governo brasileiro o Brasil

já estaria preparado, talvez com cerca de 90% deles. Projeto desenvolvido pelo IPEA analisou 3.700 indicadores e aplicou sua metodologia ao Brasil, cotejando com dados nacionais. Mostrou-se que há inconsistência técnica de alguns indicadores da OCDE em relação à realidade brasileira. A acessão do Brasil à membresia plena poderia, inclusive, dar força para que o Brasil corrija, atualize e inclua indicadores que façam sentido a essa nova visão da OCDE, que já não deveria mais ser considerada 'clube dos ricos'", comenta Renato Baumann.

O processo de acessão à OCDE é um desafio para o Brasil, envolvendo a convergência do país aos padrões considerados como melhores práticas da organização governamental. A importância do processo de aceleração e adequação dos indicadores são valiosos para as políticas públicas do país. Independentemente do avanço ou não nas negociações com a OCDE, o projeto oferece recursos valiosos para o desenvolvimento de políticas públicas. "O Brasil ainda enfrenta questões significativas na redução da desigualdade de renda e na melhoria da produtividade do trabalho. Para enfrentar esses desafios, é essencial a adoção de políticas de redistribuição de renda, programas de transferência de renda e uma reforma tributária, entre outras medidas", complementou Baumann.

A acessão à OCDE implica a necessidade de reformulações abrangentes. A governança pública, barreiras comerciais e a regulamentação precisariam ser revisitadas. O crescimento inclusivo é também fundamental para garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam compartilhados por todas as camadas da sociedade.

Perguntado sobre as exigências normativas da instituição, Alberto Pfeifer comentou que "a OCDE é considerada o berçário da produção normativa do mundo e o

Brasil pode ajudar muito com a experiência que tem com os ativos mais importantes e discutidos no mundo sob a ótica da sustentabilidade, que são a água, a floresta e o solo. O Brasil poderia influenciar e participar como protagonista na construção e definições de normativos relacionados a esses temas, criando padrões regulatórios mais compatíveis e adequados à realidade brasileira". E complementou sobre o potencial do Brasil em relação à sustentabilidade e experiência no tocante ao meio-ambiente. "O Brasil é a maior potência ambiental do mundo, é um país tropical e, com o aquecimento global que o mundo inteiro está vivendo e alguns países se "tropicalizando", a experiência do Brasil é muito benéfica na integração com outros países".

É fato que a participação na OCDE envolve um conjunto de recomendações a serem cumpridas, mas de acordo com Pfeifer há flexibilidade. "Há uma padronização, mas não quer dizer que isso não seja flexível, de acordo com a necessidade específica de cada nação. A Grécia precisou flexibilizar algumas regras e isso foi e é observado pela OCDE em diferentes situações. Atualmente, é adotado um direito mais aberto, com normas mais orientadoras. Na perspectiva brasileira, a participação do país ajudaria com a chancela de orçamento, contas públicas e política fiscal, podendo influenciar nas avaliações de graus de investimentos. Nesse sentido, a participação como membro poderia ser determinante, com efeito na bolsa de valores, no aumento do fluxo de investimento direto estrangeiro no país e melhor performance de títulos públicos", afirmou o especialista.

A estrutura de governança é o princípio mais forte e o parâmetro central da OCDE, em especial valorizam a implementação de um sistema de compras muito sólido e organizado. No caso do Brasil, ganhos em produtividade e grau de economia de mercado adequados poderiam ser muito importantes, caso se torne membro-permanente. "O

ambiente de negócios brasileiro – impostos, burocracia, custos materiais e humanos – podem ainda avançar significativamente. Os níveis de produtividade do Brasil ainda estão distantes das grandes economias, sendo necessário uma política fiscal que dê resultados para uma produtividade ascendente", afirmou Canuto sobre a necessidade de ajustes do sistema de governança do Brasil.

O Brasil faz parte de outros organismos multilaterais, como os BRICS e o G20, por exemplo. No entanto, a participação na OCDE não teria impedimento, segundo Parola. "No caso de entrada do Brasil, a equalização geográfica do país mudaria significativamente, além disso seria o único país que também faz parte do G20, BRICS e Mercosul. O Brasil tem boas perspectivas e bons resultados, comparando com outros grandes países, em transformação digital, diversidade de gênero e em questões ambientais. Além disso, conta com o aprendizado da participação em muitas comissões ao longo de décadas e tem experiência e capacidade para tal. A agenda internacional pode ser ainda mais consolidada no sentido do desenvolvimento sustentável e inclusivo da economia".

Em relação à participação do país em diferentes organismos, na visão de Baumann, também não haveria problemas maiores. "Como o Brasil já participa dos BRICS, seria necessário equilíbrio para participar também da OCDE, mas não há qualquer impedimento em relação à participação nos dois organismos. Por isso, defendo a qualificação dos indicadores elencados pela OCDE, que são fruto da experiência prática de países ao longo do tempo."

O pedido do Brasil foi aceito em 2022 e precisaria lançar a validação dos itens exigidos pela organização. Foi então criada uma secretaria que buscasse acelerar esse

processo do Brasil. Isso não seria dificultador porque a Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Brasil já mantém pontos de contato nacional para as *guidelines* de comércio internacional. "A dinâmica da OCDE tem muito a ver com governança pública, o que requer uma equipe presente e com esse *skill* para representar o Brasil e isso significa um custo para o país, mas não é considerado relevante se comparado aos potenciais benefícios. E isso também não atrapalharia qualquer iniciativa ou investimentos no sentido do desenvolvimento nacional e autônomo. Além disso, poderia conferir ao Brasil um 'selo' que pode positivamente ajudar o Brasil, com o grau de abertura da economia", concluiu Renato Baumann.

7. CONCLUSÃO

Considerando como objetivo principal do trabalho a análise da acessão do Brasil na OCDE, observando os indicadores selecionados – PIB per capta, IDH e Going Digital – comparativamente entre Brasil e a média dos países da OCDE e sua influência na média obtida atual, o resultado mostra que nos dois primeiros indicadores o país apresenta performance semelhante aos demais países da América do Sul, mas abaixo da média geral. O eventual ingresso do país na organização influenciará ligeiramente a média da organização para baixo. No entanto, em relação à inovação, medida pela ferramenta Going Digital Toolkit da OCDE, o país se mostra relevante e com média superior em vários critérios de acesso à internet pelas empresas, diversidade de gênero nas organizações, entre outros, impactando positivamente a média da organização.

Observando outras perspectivas, a presença do Brasil na OCDE pode representar ganhos para a instituição, haja vista características singulares do país, tais como a imponência no agronegócio, a capacidade de inovação e inclusão digital e meio ambiente brasileiro no debate da sustentabilidade. A participação do país pode apoiar a

modernização da instituição nos seus novos desafios de desenvolvimento sustentável e economia inclusiva. Essa visão apurada pelo estudo é ratificada pelos especialistas entrevistados no trabalho de campo, detalhada no capítulo 6, dada a expressividade do PIB como nona economia global de acordo com o FMI, o território extenso e suas experiências com uma população grande e diversa. Tudo isso confirma a hipótese de que a participação vai contribuir para a mudança das abordagens da instituição sobre a diversidade de perspectivas que a organização passará a observar.

Sob a ótica do Brasil, o país poderia seguir as *guidelines* da instituição para ter o 'selo' da instituição e demonstrar estrutura de governança, que é o princípio mais forte da organização e ter ganhos de percepção no comércio internacional, nas avalições de risco, investimento direto estrangeiro entre outras.

É inegável que se o Brasil avançar no ingresso como membro pleno da OCDE, em termos de indicadores, a organização terá mudanças nas médias apuradas, dependendo de cada um dos indicadores. No PMR (*Product Market Regulation*) o país podendo 'puxar para baixo" a média. A análise mostra a necessidade de avançar em governança, infraestrutura, regulação e internacionalização da economia.

Como o PMR é um índice muito agregado, seria necessário aprofundar em cada um dos critérios medidos. Como isso não foi o objetivo principal desse trabalho, poderia ficar de recomendação para próximos estudos. Conforme analisado no trabalho do Baumann (2023), o país poderá acelerar seu desenvolvimento para estar totalmente apto para a acessão. O Brasil deverá estruturar plano de ação para evoluir nas sete áreas principais de análise da OCDE para melhorar indicadores primários, que vão se refletir nos indicadores gerais agregados.

Deverá também incluir a realização de pesquisas para extrair dados de alguns indicadores que não são apurados atualmente no país, mas é importante considerar que outros países que já são membros também convivem com essa situação, dada a quantidade e complexidade de apuração de indicadores, tanto primários quanto secundários. Nos indicadores econômicos e sociais – PIB per capita e IDH – que foram objeto de análise e aprofundamento, há clareza sobre a posição do Brasil, comparativamente à OCDE.

A mudança da posição do país nesses índices requer aceleração do crescimento em áreas sociais, além de políticas públicas e de inclusão e distribuição de renda, pois são indicadores que demandam investimentos consistentes, recorrentes e de longo prazo. Interrupções em políticas públicas de investimento educacional, na saúde, em infraestrutura, saneamento entre outros, podem gerar efeito de involução nos índices até aqui alcançados, situação que foi observada nos últimos anos no caso do PIB e no IDH.

No caso do PIB per capita, houve volatilidade nos últimos 10 anos, seguindo a tendência do que houve com outros países, em função principalmente dos impactos da COVID-19. Apesar das quedas em anos anteriores, em 2023 foram implementadas políticas que já puderam ser percebidas com crescimento no ano. Já o IDH apresenta crescimento ao longo dos anos, mas ainda com crescimento relativamente lento, se comparado aos demais países.

Os cinco países que apresentam menores índices em IDH são Colômbia, México, Costa Rica, Hungria e Turquia, assim como o Brasil, que apesar de não fazer parte como membro pleno da OCDE, foi analisado comparativamente com a lista de membros. Colômbia foi a nação com crescimento mais acelerado nos últimos 10 anos, com crescimento superior a 12%. Já outros países, incluindo o Brasil, cresceram entre 2% e

6,6%, sendo o Brasil que menos cresceu, cerca de 2%. Isso demonstra que há maior dificuldade de crescimento nos países em que a distribuição de renda ainda é concentrada, fazendo correlação com o outro indicador analisado, que é o PIB per capita.

Em outros aspectos, como aceleração da inclusão digital, o Brasil apresenta resultados positivos em vários critérios analisados e a OCDE pode se valer do avanço do Brasil nas práticas e indicadores para melhorar seus índices e apoiar a disseminação e integração dessas práticas com outros países, já que o Brasil apresenta aptidão para inciativas ligadas à inovação, inclusão de gênero e evolução de projetos de sustentabilidade.

A medição feita pela OCDE, denominada “Going Digital Toolkit”, aponta o Brasil com alguns critérios positivos em comparação com a média da organização. Em especial na participação de mulheres jovens na tecnologia, o país apresentou nota muito superior à média da OCDE, sendo 67 a média do score da OCDE e o score alcançado foi de 96, uma diferença de mais de 40% superior à média da organização, impactando positivamente o bloco “Sociedade”.

Nos blocos “Uso” e “Inovação”, o Brasil também apresenta alguns índices positivos em comparação com média. No bloco “Uso”, o Brasil está melhor do que a média no critério “Negócios que usam serviços em nuvem”, com o score médio OCDE em 59 e o score do Brasil foi de 72 pontos, sendo este 22% superior. Apesar de uma diferença menor, o score do país também foi superior no item “Inovação com Startups”, tendo alcançado os 66 pontos e a média dos demais países foi de 60 pontos, uma diferença de 10% superior para o Brasil.

A hipótese de que uma eventual participação do Brasil poderia mudar os indicadores da OCDE, com alguma significância positiva ou negativa, é válida conforme apresentado. O aprofundamento do trabalho para futuros estudos poderia detalhar indicadores primários selecionados no PMR, em especial os sociais de emprego e renda cujos parâmetros de pesquisa sejam similares tanto para OCDE quanto nacionalmente. Ainda, caso o país passe a fazer parte seria de se analisar eventuais impulsos que poderão ser observados posteriormente, tanto nos índices sociais quanto nos índices econômicos, em especial os que traduzem o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, ARTIGOS E MONOGRAFIAS

ABREU, S. L. F.; SEYFFARTH, A. S. (2018). OCDE: o ponto de inflexão necessário na política externa brasileira. In: DESIDERÁ NETO, W. A. et al. (Org.). Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: Ipea.

ASSUNÇÃO, L (2019) – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a melhoria das políticas públicas no Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais.

BAUMANN, R.; LIBANIO, G.; IASCO-PEREIRA, H.; SOARES, F.; PEREIRA, K.; NETO, W. ; DESIDERÁ, A. (2023) Indicadores Quantitativos da OCDE e do Brasil. Publicação Preliminar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12346/1/RI_Indicadores_quantitativos_OCDE_Brasil_v1_Pub_Preliminar.pdf

BAUMANN, R. O que esperar da membresia na OCDE, IPEA, Revista Tempo do

Mundo, No. 25, Brasília, 2021.

BRAGA, C. A. P. A adesão à OCDE: “Muito Barulho por Nada?”, IPEA, Revista Tempo do Mundo, No. 25, Brasília, 2021.

CAPPIELLO, A. (2022). "OECD PMR indicators for professional services. Civil law notaries as public good: efficiency and legal protection need higher regulation," RIEDS Rivista Italiana di Economia, Demografia e Statistica - The Italian Journal of Economic, Demographic and Statistical Studies, SIEDS Societa' Italiana di Economia Demografia e Statistica, vol. 76(3), pages 179-190, July-Sept.

COZENDEY, C. M. O pedido de acessão do Brasil à OCDE: onde estamos. Cadernos de Política Exterior, v. 5, n. 8, p. 49-76, 2019.

COZENDEY, C. M. O que o Brasil perde e ganha se entrar na OCDE, o 'clube dos países ricos' - BBC News Brasil - Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51121488.amp

FLORÊNCIO, S.; SEYFFARTH, A. (2018) – A política externa brasileira, capítulo 8. Ipea

NEVES, L (2022) – A adesão do Brasil à OCDE em uma realidade multipolar. Cadernos Adenauer XXIII (2022) número 3. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/51e29a0d-4f19-41a5-833a-2ec9c268ac80/content

REIS, P. (2019) – Subjetividade e Entrevistas com Especialistas - Agência UFRJ de Inovação – Artigos Técnicos – Ano 3 – Volume 3. (https://inovacao.ufrj.br/images/vol_31_subjetividade_entrevistas_especialistas_2019.pdf)

THORSTENSEN, V.; GULLO, M. (2018) - O Brasil na OCDE: Membro pleno ou mero espectador? Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos. Publicação da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://ccgi.fgv.br/publicacao/o-brasil-na-ocde-membro-pleno-ou-mero-espectador

PUBLICAÇÕES DE PERIÓDICOS E NOTÍCIAS

https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/ocde/palestras/avulsas/apresentacao_nicolabonucci_abril2017.pdf

Coerência e Convergência Regulatória – O novo desafio do Comércio Internacional. (2017). Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos. Publicação da Fundação Getúlio Vargas.

OECD | Dialogue on Trade in Brazil – New Challenges in International Trade

https://ccgi.fgv.br/publicacao/ebook-oecd-dialogue-trade-brazil-new-challenges-international-trade-november-1st

OCDE - A OCDE e o Brasil: Uma relação mutuamente benéfica. Disponível em:

https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues/

https://inovacao.ufrj.br/images/vol_31_subjetividade_entrevistas_especialistas_2019.pdf

WEBSITES E DOCUMENTOS DA INTERNET

https://brasilescola.uol.com.br/geografia/ocde.htm

https://www.cnnbrasil.com.br/economia/entenda-o-que-e-e-o-que-faz-a-ocde-organizacao-em-que-o-brasil-tenta-entrar/

https://exame.com/brasil/por-que-e-importante-para-o-brasil-entrar-na-ocde-2/

https://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf

Valls, L. (2022) - https://exame.com/brasil/por-que-e-importante-para-o-brasil-entrar-na-ocde-2/

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206_a_politica_externa_brasileira_cap08.pdf

https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206_a_politica_externa_brasileira_cap08.pdf

https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/51e29a0d-4f19-41a5-833a-2ec9c268ac80/content

https://exame.com/brasil/por-que-e-importante-para-o-brasil-entrar-na-ocde-2/

http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=612d1d91c87e0a19

https://www.oecd.org/economy/fomentando-o-crescimento-inclusivo-da-produtividade-na-america-latina.pdf

https://www.undp.org/pt/brazil/idh-global-2014?search=IDH+global+2024

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/12/renuncia-do-brasil-ao-tratamento-especial-na-omc-sera-debatida-na-cre

https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/pix-bate-recorde-e-supera-224-milhoes-de-transacoes-em-um-dia

FONTES DE DADOS ESTATÍSTICOS

https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/austria

https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/austria

https://www.worldbank.org/en/programs/govtech/gtmi

https://www.ceicdata.com/pt/indicator/austria/gdp-per-capita

https://www.statista.com/statistics/385870/gross-domestic-product-gdp-per-capita-in-austria/

https://pt.tradingeconomics.com/austria/gdp-per-capita

https://goingdigital.oecd.org/

https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=AT

https://pt.knoema.com/atlas/%c3%81ustria/topics/Economia/Contas-Nacionais-Produto-Interno-Bruto/PIB-per-capita-USdollar-atuais

https://www.imf.org/external/datamapper/profile/AUT

ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS

RENATO Coelho BAUMANN das Neves

ALEXANDRE Guido PAROLA

ALBERTO PFEIFER

OTAVIANO CANUTO dos Santos Filho

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Contexto explicativo sobre tema do trabalho e o objetivo da pesquisadora
2. Opinião do entrevistado sobre as razões pelas quais o Brasil ainda não faz parte da OCDE
3. Relevância da OCDE na opinião do entrevistado
4. Importância de participar da OCDE no contexto do comércio exterior
5. Principais barreiras e dificuldades para o Brasil
6. Fatores positivos e negativos para ingressar na organização
7. Indicadores em que o Brasil mais se distancia e os que terá maior desafio
8. Contribuições do Brasil para a OCDE
9. Recomendações e sugestões de leitura e conteúdos relevantes para o trabalho

Entrevistas realizadas em aproximadamente 60 minutos, por videoconferência usando a plataforma Teams.